



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO

PPGHIST

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - UEMA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL

PARODIANDO

A DITADURA

EMPRESARIAL MILITAR

NO MARANHÃO



WILSON PINHEIRO ARAUJO NETO

Capa

Victor G. J. S. D. Costa

Imagem da capa

Elementos Canva: soldados marchando

Ao fundo, recorte do jornal “Pequeno”

Demais elementos ilustrativos utilizados no livro

Elementos Canva

Edição e montagem

Wilson Araújo Pinheiro Neto

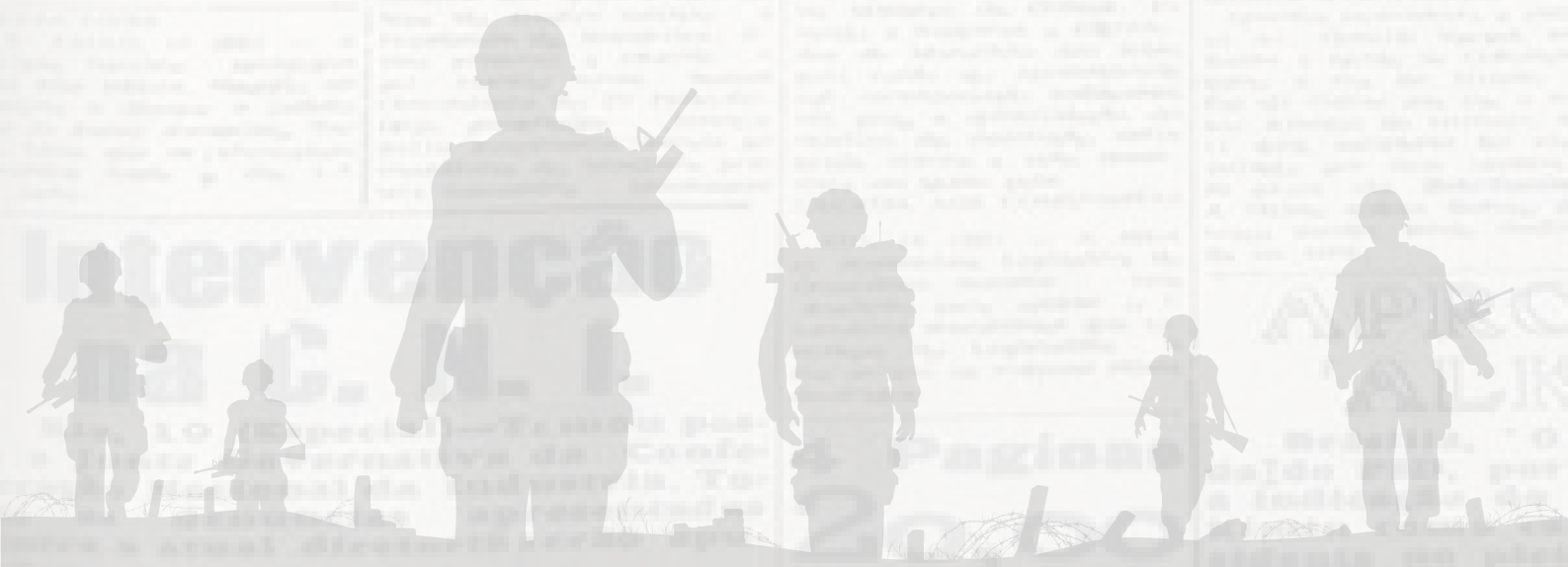
Victor G. J. S. D. Costa

Revisão Final

Monica Piccolo de Almeida Chaves

Wilson Pinheiro Araújo Neto

Este paradidático foi elaborado como Produto Educacional do Mestrado Profissional em História/PPGHIST da Universidade Estadual do Maranhão/UEMA, sob orientação da Profa. Dra. Monica Piccolo.





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 03

PARÓDIA: ENTRE A HOMENAGEM E A CRÍTICA CRIATIVA..... 04

“JORNAL DO POVO”..... 05

INFORMATIVOS..... 08

FAIXA 1: O GOLPE / “Agora o pau quebrou”..... 09

FAIXA 2: AI 1 / “Chefes da Revolução”..... 18

FAIXA 3: AI 2 / “Ritos da Repressão”..... 30

FAIXA 4: AI 3 / “Indiretas Já”..... 40

FAIXA 5: AI 4 / “A Carta”..... 48

FAIXA 6: AI 5 / “Canção de tortura”..... 57

Bônus

Leitura com Ritmos..... 69

Eletivas..... 72

Considerações finais..... 74

CARO PROFESSOR,

Este material é fruto do diálogo entre duas disciplinas que muito tem a contribuir com o processo de ensino e aprendizagem: HISTÓRIA e MÚSICA. A intenção deste trabalho é contribuir com a sociedade maranhense nos estudos sobre a Ditadura empresarial-militar no Maranhão utilizando como fonte o Jornal Pequeno, um dos maiores jornais impressos que circularam no estado e sobretudo que o professor aumente seu leque de possibilidades de abordagem desse tema tão caro e conturbado da história recente do Brasil com desdobramentos no Maranhão.

Este produto é voltado para o ensino básico e utiliza a música como linguagem para motivar o foco do estudante e auxiliar na fixação do conteúdo apresentado. O produto contém 6(seis) paródias: 1 (uma) sobre o Golpe de 1964 e o ato de repressão sofrido pelo Jornal Pequeno em 06 de abril de 1964; e 5(cinco) sobre os cinco primeiros atos institucionais e sua reverberação no Maranhão. Nosso repertório utiliza clássicos da música maranhense e canções da música popular brasileira. Essa apropriação amplia as possibilidades de repertório além de valorizar a cultura musical produzida no Maranhão.

As paródias aqui trabalhadas estão disponíveis em vídeo na plataforma YOUTUBE com áudio e vídeo. Sua contextualização histórica será feita de forma escrita neste documento. Aqui apontaremos linhas de interpretação para as discussões propostas em sala de aula sobre a ditadura a partir das paródias criadas além das propostas de atividades de fixação propostas em cada capítulo. Ao fim deste trabalho teremos outra proposta de atividade: leitura com Ritmos. Esse recurso permite que o professor utilize sua criatividade na sala de aula sobre o tema agregando novas perspectivas para o Ensino de História. Além disso teremos uma sugestão de disciplina Eletiva proposta na estrutura do Novo Ensino Médio pelos itinerários formativos que poderá servir de inspiração para outras ideias de aprendizado.

Entre anos de pesquisa e aplicabilidade dessas metodologias nas aulas de História, podemos garantir que seu esforço não será em vão. A **Música** é uma arte milenar , consumida por todos e a **História**, portanto,é capaz de transportar o homem no tempo e estabelecer essa conexão temporal. A fusão dessas duas disciplinas poderá mudar a perspectiva da Ensino da História para o ensino básico. Mergulhemos nesse universo da História que , ao invés de **contada** poderá ser **cantada**.



Elementos Canva

PARÓDIA: ENTRE A HOMENAGEM E A CRÍTICA CRIATIVA

EXPLORANDO O HUMOR, A SÁTIRA E A REFLEXÃO
CRÍTICA NA ARTE DA IMITAÇÃO

A paródia é uma forma de expressão artística que imita de maneira cômica ou satírica uma obra, autor, estilo ou gênero específico. Ela se caracteriza pelo uso do exagero, da distorção ou da inversão dos elementos originais para produzir efeito humorístico, crítico ou irônico.

Um dos propósitos fundamentais da paródia é estimular a reflexão crítica sobre a obra original, o gênero ou o contexto cultural em que ela se insere, ao mesmo tempo em que entretém.

Ao contrário do plágio, que copia a obra original sem autorização e sem atribuir crédito, a paródia tem o objetivo de homenagear, criticar ou comentar sobre a obra original de maneira clara, sendo uma prática protegida e reconhecida em muitas legislações como um uso justo ou uso aceitável.



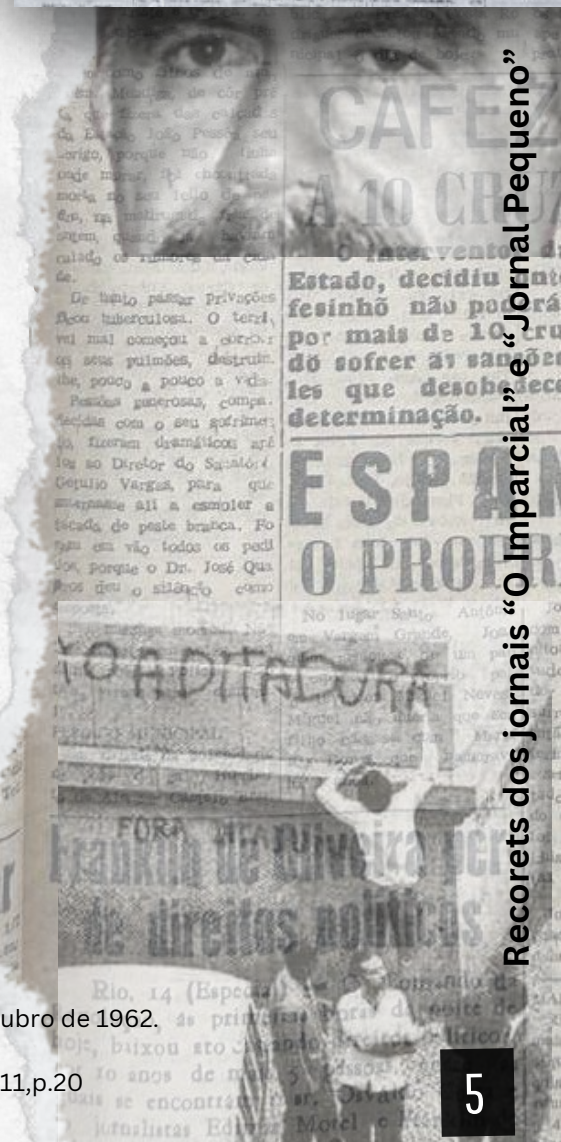
“O jornal do Povo”^[1]

José Ribamar Bogéa era funcionário do Jornal O GLOBO e além de cobrir matérias esportivas, relatava sobre casos policiais. A origem do Jornal Pequeno relaciona-se diretamente à cobertura de Bogéa a um jogo de futebol entre o Moto Clube (time maranhense) e o Fluminense (time carioca).[2] O time da casa venceu o jogo por 3x1, no entanto, o árbitro Elvio Furtado beneficiou o time carioca, que venceria a partida por 6x4.

No dia seguinte o então redator Ribamar Bogéa apontou várias críticas ao árbitro que era um oficial do Exército, do Ceará, tecendo várias críticas. O então diretor do jornal, José Pires Sabóia Filho, censurou a matéria e proferiu as seguintes palavras: “Quando você tiver o seu jornal, poderá escrever o que quiser, por enquanto, não.” Passados alguns dias, seria fundado um jornal impresso, para concorrer com O GLOBO[3].

No dia 21 de julho de 1947, foi criado o jornal O Esporte. Este foi um dos grandes jornais esportivos do Nordeste que teve como fundador o ex-funcionário do jornal O GLOBO, José Ribamar Bogéa. A proposta era criar um jornal específico para assuntos referentes a temas esportivos que, embora tivesse o futebol como sua principal fonte de notícia e objeto de análise, O Esporte dedicava-se a fazer cobertura das atividades esportivas tanto no Estado do Maranhão como no Brasil. A divulgação de notícias esportivas vindas do interior do Estado eram uma novidade. Além disso, foi ganhando destaque nacional recebendo menções de grandes escritores e redatores maranhenses como Vargas Neto e Ruy Moraes.

Embora O Esporte tenha apresentado uma circulação razoável nos inícios, as notícias esportivas não seriam suficientes para manter o jornal. Em 22 de abril de 1951 a edição foi intitulada: Jornal Pequeno O Esporte.



[1] Frase dita por José Sarney em uma homenagem ao Jornal Pequeno em 10 de outubro de 1962.

[2] O documento não disponibilizou a data da partida.

[3] Revista Especial do Jornal Pequeno: 60 anos de resistência. São Luís, maio de 2011, p.20

A partir de 29 de maio de 1951, O Esporte que dedicava cerca de 60% de suas publicações para matérias esportivas e 40% para noticiário geral, agora seria o Jornal Pequeno, dedicando 60% do seu noticiário para questões gerais como saúde, educação e política e 40% para outros assuntos como humor, memórias e mantendo notícias esportivas.

O Jornal Pequeno recebeu esse nome por ter iniciado com poucos recursos financeiros, dependendo de ajuda de lojistas, patrocinadores e amigos que acreditavam no potencial do impresso. Desde O Esporte, o Jornal Pequeno se apresentou como uma forma de escrita em uma linguagem acessível. Os espaços destinados ao humor como as seções do Dicionário do Povo, Língua de trapo e Conversa no Cafezinho, faziam o Jornal Pequeno ganhar leitores com um público popular.

Com o passar do tempo, o jornal caracterizou-se por fazer críticas ferrenhas ao governo do Estado, mais especificamente à administração de Newton Belo, que governava o Maranhão no início de década de 60. Foi, inclusive, elogiado pelo então Deputado Federal José Sarney:

Este é apenas a complementação e um abraço de congratulação que tenho o dever de trazer ao jornal Pequeno, no momento em que este Jornal inaugura a sua sede própria. Na realidade, você, Ribamar Bogéa, conseguiu ter um jornal, que nesta cidade de São Luís, é um patrimônio da cidade... tem sido até hoje um jornal do povo, identificado com as causas do povo, e daí o sucesso da sua grande vitória...[4]

Anos mais tarde o Jornal Pequeno, com as mudanças no cenário político no Maranhão, se tornou um dos maiores opositores à família Sarney no campo da imprensa. Segundo a Revista de comemoração dos 60 anos do JP, o jornal assumiu uma luta contra a família Sarney com a convicção de que durante mais de 40 anos no poder do Estado, não trouxe as benesses de que o Maranhão precisava[5]. Essa cisão foi exposta no livro do ex-presidente José Sarney intitulado: Sarney- a Biografia, escrito pela jornalista Regina Echeverria.

Na página 186, Sarney atacou Bogéa, que já havia falecido[6]. No diálogo exposto no livro, Sarney se recusa a efetuar a compra de uma casa que o jornalista requeria em troca do apoio político e midiático durante a sua eleição.

[4] Revista Especial do Jornal Pequeno: 60 anos de resistência. São Luís, maio de 2011.

[5] Idem, p.5

[6] Jose de Ribamar Bogéa faleceu em 4 de março de 1996 com 71 anos. O Livro foi publicado em 2011.

No diálogo a jornalista afirmou que Ribamar Bogéa chantageou José Sarney e como não houve consentimento, o jornalista havia proferido a seguinte frase: “Então vou arrebentar você”. Segundo a biografia, José Ribamar Bogéa atacava Sarney por motivos pessoais e não políticos.



“Senhoras e senhores o espetáculo está prestes a começar” *

Este PRODUTO será dividido em 6 capítulos que abordarão 6 temas sobre a ditadura empresarial-miliar no Maranhão que chamaremos de Faixas. Cada uma delas irá apresentar a seguinte estrutura:

1

PASSANDO DE SOM: A “passagem de som” são os preparativos para o show. O professor deverá localizar o aluno apresentando o contexto histórico do tema sugerido em cada faixa.

Ex: Faixa 1: O Golpe – O professor deverá analisar os antecedentes do golpe de 1964 e apresentar ao aluno como foi noticiado pelo Jornal Pequeno. Nesta fase introdutória apresentaremos um breve contexto histórico em cada capítulo(faixa)

2

HORA DO SHOW : Na “Hora do show” a banda começou a tocar. O professor deve apresentar a paródia que estará disponível em audio e vídeo no Youtube.

3

BASTIDORES: Somente quem está nos bastidores conhece os detalhes. Nesse momento vamos explicar cada frase da música apresentada localizando o contexto de cada trecho. A fundamentação será feita de acordo com os temas sugeridos pela faixa.

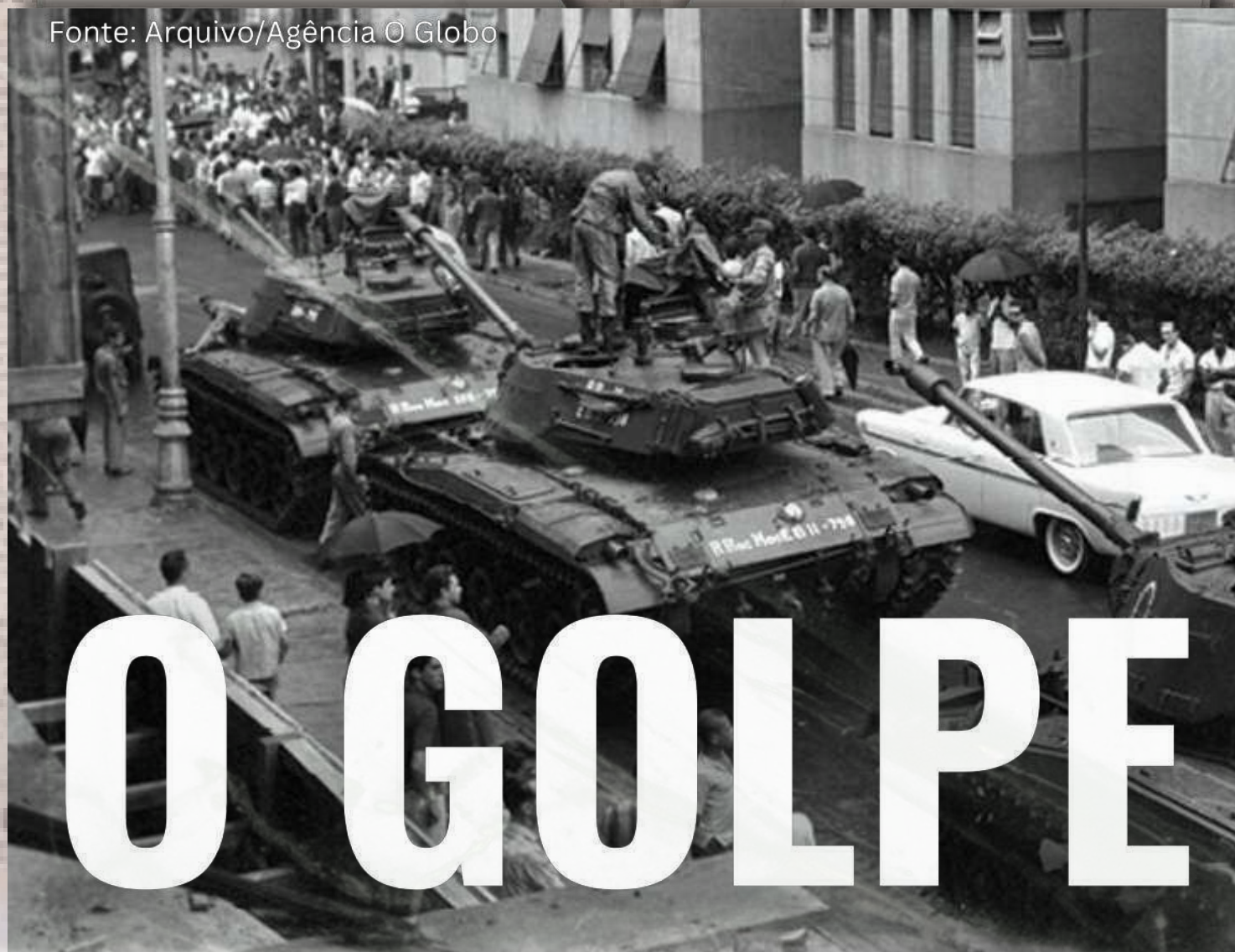
4

SÓ VOCES: Nesse momento todos já aprenderem a cantar as músicas do show. É hora de cantar sozinho, praticar e fazer as atividades sugeridas.

*Esta frase foi inspirada no show do Pink Floyd em Brasília no dia 16 de outubro de 2023. Nos telões do show, a produção informou ao público que a Banda não abriria mão do seu posicionamento político. Roger Water projetou nos painéis de Leds : “ Se você é daqueles que ama o Pink Floyd mas não suporta a política do Roger, você pode muito bem se retirar para o bar agora”



Fonte: Arquivo/Agência O Globo



Elementos Canva

O GOLPE

Passando o som



Para compreender como o golpe empresarial-militar de 1964 reverberou no Maranhão é importante perceber como o Jornal se posicionou mediante a ameaça de golpe prevista desde os momentos de instabilidade política encabeçados pela renúncia de Jânio Quadros como os momentos pós eleição do presidente João Goulart.

Em matéria do dia 4(quatro) de maio de 1961, o então redator Paulo Nascimento Moraes, publicou um texto referente a um discurso que o presidente Jânio Quadros proferiu: “E era justamente disto que estava precisando o Brasil: um governo forte, uma administração honesta e produtiva. E é sempre bom relembrar as palavras do presidente.”[7] O editorial enfatizava o discurso de um governo que prezava pela moralização e o combate à corrupção.

Jânio Quadros se tornou Deputado Estadual em 1950 e prefeito da cidade de São Paulo em 1953, destacando-se com notoriedade. Uma das suas ações como prefeito foi a demissão em massa de funcionários públicos com a justificativa de enxugar a máquina pública. Foi Governador do Estado de São Paulo e sua gestão era próxima do então presidente Café Filho.

Durante o Governo de Juscelino Kubitschek (JK) a cidade de São Paulo continuou sendo beneficiada pelo Plano de metas[8] e mesmo com a distância das ideias do Governo JK, o crescimento econômico da cidade fez com que Jânio se projetasse à presidência da República assumindo o governo em 31 de janeiro de 1961 tendo como vice-presidente João Goulart. A figura de Jânio era contraditória e estabeleceu relações dúbias com movimentos sociais, alinhamentos com China, URSS e Cuba em detrimento de empresas e da camada empresarial mais conservadora que havia financiado sua candidatura. Mesmo em meio a essa contradição, o editorial do Jornal Pequeno se posicionou a favor de Jânio Quadros adotando o discurso de anticorrupção e a “varredura”[9] do ambiente político brasileiro. Em 26 (vinte e seis) de maio de 1961, Paulo Nascimento Moraes publicou:

[7]Jornal Pequeno, 04/05/1961, p.2

[8] Com o lema “ Cinquenta anos de progresso em cinco” o governo de Juscelino Kubitschek adotou o plano de metas como uma alternativa econômica para o crescimento do país através da indústria.

[9] Relação com o slogan do governo de Jânio “varre,varre, vassourinha, varre varre a bandalheira”

E com o atual presidente da república está a esperança e a fé do povo, esperança e fé tantas vezes utilizadas para o engodo das lutas eleitorais, agora é caminhar pra frente, olhando o futuro e nada estará, não duvidamos, a ressurreição nacional: o progresso da pátria, total, resplandecente de sólidas reconstruções nacionais. (Jornal Pequeno, .26/05/61, p. 2)

Entre 1961 e 1964, o Jornal Pequeno publicou em seu editorial textos com títulos como “ditadura ou república popular?”. Esse cenário se deu com o momento de instabilidade política instaurada no país após renúncia de Jânio Quadros e ascensão de João Goulart na cadeira presidencial.

Antes do golpe no ano de 1964, o também escritor do Jornal Pequeno, Eyder Paes, sugeriu um posicionamento enfático acerca de qualquer processo ditatorial em matéria publicada em fevereiro daquele ano:

No Estado Novo que era uma ditadura branda, houve tantos crimes, violências e desmandos pelos agentes do poder, favorecidos pela impunidade que caracteriza todo sistema policial. Os regimes de força não respeitam os direitos, violam os princípios de defesa da pessoa humana, estrangulando a consciência da pátria. Ditadura é um governo de uma minoria que impõe sua vontade a todo país através de um criminoso processo de cerceamento da opinião nacional. A ditadura suprime a liberdade e sem condições de liberdade o homem torna-se um fantoche, por que perde o direito de se pensar, de discordar do que é injusto, subjugado ao castigo do silêncio. (Jornal Pequeno, 14/02/64, p. 3).

O cenário estava pronto para o golpe. Desde a vinda de João Goulart para o Brasil após a renúncia de Jânio Quadros, militares e conservadores da elite conturbavam o cenário político brasileiro pela deposição da chapa que havia sido eleita democraticamente. O apoio de movimentos sociais e figuras políticas como Lionel Brizola, mantiveram de pé o governo de Jango mesmo com os acordos estabelecidos pelo parlamento reduzindo os poderes do presidente. O primeiro presidente parlamentarista da história conseguiu apoio popular para o presidencialismo via plebiscito, no entanto, não resistiu aos grandes empresários e ao apoio norte americano para a desestabilização política e social que culminaria num golpe de estado. Dessa forma, o Jornal Pequeno publicou no primeiro dia do mês de abril de 1964: “Agoniza o Regime da liberdade no Brasil”

Um movimento importante para perceber a dinâmica de publicação do Jornal Pequeno é que este publicava matérias de outros jornais do Brasil em suas páginas. Ainda no dia primeiro de abril o JP noticiou uma matéria publicada do

No caso acima, a matéria reporta sobre o movimento de sublevação articulado pelo General Olímpio Mourão Filho em Minas Gerais com o apoio do seu então governador Magalhães Pinto. O levante contava com a marcha de 6 mil soldados para o estado da Guanabara. Nesses termos, o Jornal Pequeno publicou a decisão de João Goulart em combater o movimento contra a presidência.

PRONTIDÃO GERAL- O ministro de Guerra distribuiu circular a todos os comandantes dos 4 exércitos, comunicando que após o seu restabelecimento retomou o expediente de sua Pasta, tendo ordenado a prontidão geral de todas as unidades do País. Disse o Gal. Jair Dantas que a ordem será mantida a-qualquer preço.[10]

Ainda no dia primeiro de abril de 1964, o Jornal Pequeno publicou matérias do dia 31 de março reportando os movimentos que haviam acontecido no Rio de Janeiro publicadas por outros jornais. Em outra reportagem o JP conta sobre a invasão dos militares ao Jornal do Brasil com o título: “TROPAS OCUPAM JORNAIS: Continua dramática a situação nacional. Tropas de fuzileiros armadas de metralhadoras, ocuparam o Jornal do Brasil não permitindo a entrada de ninguém” (JP, 01/04/1964).

No dia 2 (dois) de abril o JP abriu espaço para o discurso de Lionel Brizola em que ele anuncia que não houve renúncia. O que sabemos é que João Goulart assim que percebeu a ameaça vinda Minas Gerais e a adesão do I Exército, foi para Brasília e posteriormente para o Rio Grande do Sul para tentar uma contrapartida com Brizola. Entre os dias 4 (quatro) e 5 (cinco) de abril as matérias intitulavam-se “Degola geral”, “Clima de Confusão”. Nesta última publicada no dia 5 um escritor com pseudônimo de nome “X-23” publica:

O Brasil vive um clima de confusão. A Alma sazonal acha-se profundamente apreensiva. A vida Brasileira, sofreu um impacto violento caindo na anarquia. A ambição de poder dos grupos da direita cujos os interesses chocam entre si arrastou a Pátria à desordem social. Sente-se que uma grave ameaça paira sobre os destinos da república que atravessa um momento crítico da sua história.[11]

No dia seguinte, após as publicações do Jornal Pequeno, o proprietário do JP, Ribamar Bogéa foi convocado a comparecer no 24º batalhão da cidade de São Luís a fim de prestar esclarecimentos sobre as matérias publicadas no dia anterior. Não há relatos do que aconteceu naquele dia, no entanto, o dia 06 de abril de 1964 o Jornal pequeno publica a seguinte “Nota da Redação”:

[10] Jornal Pequeno, 01/04/64, p.1

[11] Jornal Pequeno, 05/04/64, p. 2

O Jornalista Ribamar Bogéa, diretor proprietário do Jornal Pequeno foi chamado ontem à presença do seu Cel. Comandante da guarnição Federal a fim de prestar esclarecimentos sobre o paradeiro do senhor Pirauncy Gomes de Castro e de outros jornalistas que assinaram artigos publicados em nossa edição de ontem tendo também comparecido ao nosso quartel do 24 BC os nossos redatores Eyder Paes e Luís Vasconcelos...” [12]

Em outro trecho da Nota o redator afirmou que:

Na oportunidade fomos informados que o movimento de libertação nacional surgido em Minas Gerais e em S.Paulo, não foi de iniciativa dos governadores Magalhães Pinto e Adhemar de Barros como tanto apregoaram as emissoras da Cadeia da Legalidade e sim produto do patriotismo de bravos oficiais das nossas Forças Armadas, não se justificando aquele tópico da primeira página de ontem que falava em revolução financiada pelo capital estrangeiro. [13]

A “reportagem do dia anterior” apontada na citação acima não foi encontrada nos periódicos analisados. O fato é que os argumentos usados pelos militares para intimidar o proprietário do Jornal Pequeno e todos aqueles que compareceram ao 24º batalhão naquele dia, eram verdadeiros. Sabe-se que os governadores de Minas e São Paulo tinham interesses atrelados a classe dominante que queria o golpe juntamente com os militares. Além disso, a historiografia provou a relação de financiamento dos Estados Unidos em todos os golpes militares na América(FICO, 2008).

A nota continuou:

Colaborando com aqueles que desejam ver a paz reinar em todos os recantos deste país, a direção do Jornal Pequeno achou por bem impedir temporariamente a publicação de quaisquer comentários políticos, sejam da direita, da esquerda ou do centro, inclusive os assinados, limitando-se nestas folhas nesses dias, a divulgar apenas reportagens e informações da cidade, do país e do exterior para que os nossos leitores tenham conhecimento do que ocorre em todos os recantos do Mundo.[14]

O Jornal Pequeno, para não sofrer maior intervenção, acatou a recomendação do 24º Batalhão e a partir do dia 06 de maio de 1964 as reportagens de críticas ao golpe cessaram e as críticas dos editoriais não eram tão efetivas, o golpe não era mais objeto de críticas pelos seus editoriais. O Jornal Pequeno, a partir de então, muda o discurso de “ditadura” e “golpe militar” passando a nomear o movimento que instaurou a ditadura empresarial-militar como “Revolução”.

[12] Jornal Pequeno, 06/04/64, p.1

[13] Jornal Pequeno, 06/04/64, p.1

[14] Jornal Pequeno, 06/04/64, p.1

No dia 14 de maio, após a intervenção dos militares, a postura das publicações havia mudado. A matéria fora transcrita do Jornal do Brasil e era intitulada: Traçado o esquema da Revolução, desde 1961. O texto apontava dez indícios de que a “Revolução” estava sendo planejada pelos militares desde 1961, quando Jânio Quadros ainda era Presidente.

A partir das análises acima é possível concluir que o JP se manifestou contra a ditadura empresarial-militar demonstrando nos seus editoriais uma nítida oposição a qualquer tipo de movimento ditatorial. Dias após o golpe, o movimento militar mostrou o modus operandi que por mais de 20 anos pairou pelo cenário político nacional: a repressão.



Hora do Show!



VERSÃO ORIGINAL: PISA NA FULÔ



João do Vale

PARÓDIA: AGORA O PAU QUEBROU



Wilson Neto

Agora o pau quebrou (3x) A ditadura começou ...

Agoniza a liberdade no Brasil / Os militares no regime quem que disse? quem que viu?

O golpe chegou, repressão já começou / Aqui no Maranhão o JP noticiou

Agora o pau quebrou (3x) A ditadura começou

No dia 5 de abril Zé foi chamado / Pra prestar depoimento do que tinha publicado

Foi reprimido pelo "censurador" / Agora só falava do Brasil que é promissor.

Agora o pau quebrou (3x) A ditadura começou.

Bastidores

Analisando frase a frase, a canção “Agora o pau quebrou” faz alusão ao golpe militar de 1964. A expressão é muito conhecida no estado do Maranhão e significa “que algo não está bem, saiu do controle”. Nesse momento, o professor deve contextualizar o golpe do dia 31 de março de 1964 com a leitura das reportagens analisadas no segundo capítulo deste trabalho, possibilitando a contextualização do golpe com as matérias que o Jornal Pequeno publicou no dia 1º de abril sobre a instabilidade política antes do golpe, a mobilização dos militares em Minas Gerais e São Paulo e a não rendição de Brizola do dia 2 (dois) de abril de 1964: “Agora o pau quebrou a ditadura começou”

“Agoniza a liberdade no Brasil / Os militares no regime quem que disse? quem que viu? O golpe chegou, repressão já começou / Aqui no Maranhão o JP noticiou”(NETO, 2023). Nesse trecho a letra se reporta à reportagem do dia 1º de abril de 1964 intitulada: Agoniza o regime da liberdade no Brasil. Nesse momento o professor deve mostrar a fonte disponibilizada neste trabalho mostrando a capa da edição deste dia e as reportagens que o Jornal Pequeno noticiou.

No segundo ponto Os militares no regime quem que disse? quem que viu? o autor usa da licença poética para informar que os militares assumiram o poder e abre uma possibilidade de interpretação: quem viu? quem publicou?. Logo em seguida, ele aponta que o processo repressivo já iniciou.

Para finalizar a primeira estrofe o autor pergunta: Quem noticiou? A resposta poderá caber aos alunos. O professor deve explicar o que significa a sigla JP (Jornal pequeno) . Desta forma, na análise dessa primeira estrofe o estudante deverá ser capaz de entender: o que o Jornal Pequeno publicou no dia do golpe; como inicia o processo de repressão a partir dos exemplos citados; e qual o posicionamento do Jornal Pequeno mediante a implementação do regime de exceção política.

Só vocês

1- A paródia “ Agora o Pau quebrou” feita pela historiador Wilson Neto, remonta a um momento específico na Ditadura empresarial-militar maranhense. Considerando o contexto histórico do golpe de 1964 e suas influências no Maranhão , marque V (verdadeiro) ou F(falso) para as alternativas abaixo.

a)O ato de repressão sofrido pelo Jornal Pequeno deixando evidente que a repressão empresarial-militar ocorreu apenas no eixo Rio- São Paulo. ()

b)Aponta o carinho dos militares com os jornalistas representando o respeito às instituições e o direito à liberdade de expressão.()

c) Um ato autoritário protagonizado pelos militares como forma de repressão à liberdade de expressão da imprensa maranhense demarcando a mudança de posicionamento político do Jornal Pequeno ()

d)Expressa a dinâmica aplicada pelos militares que protagonizaram o golpe a partir da censura utilizando o discurso de uma nação que precisa progredir. ()

Revolucionários Iniciam operação:

40 Parlamentares perdidos

Relatório e Jan
direito

Faixa 02

Elementos Canva

AI-1

Passando o som

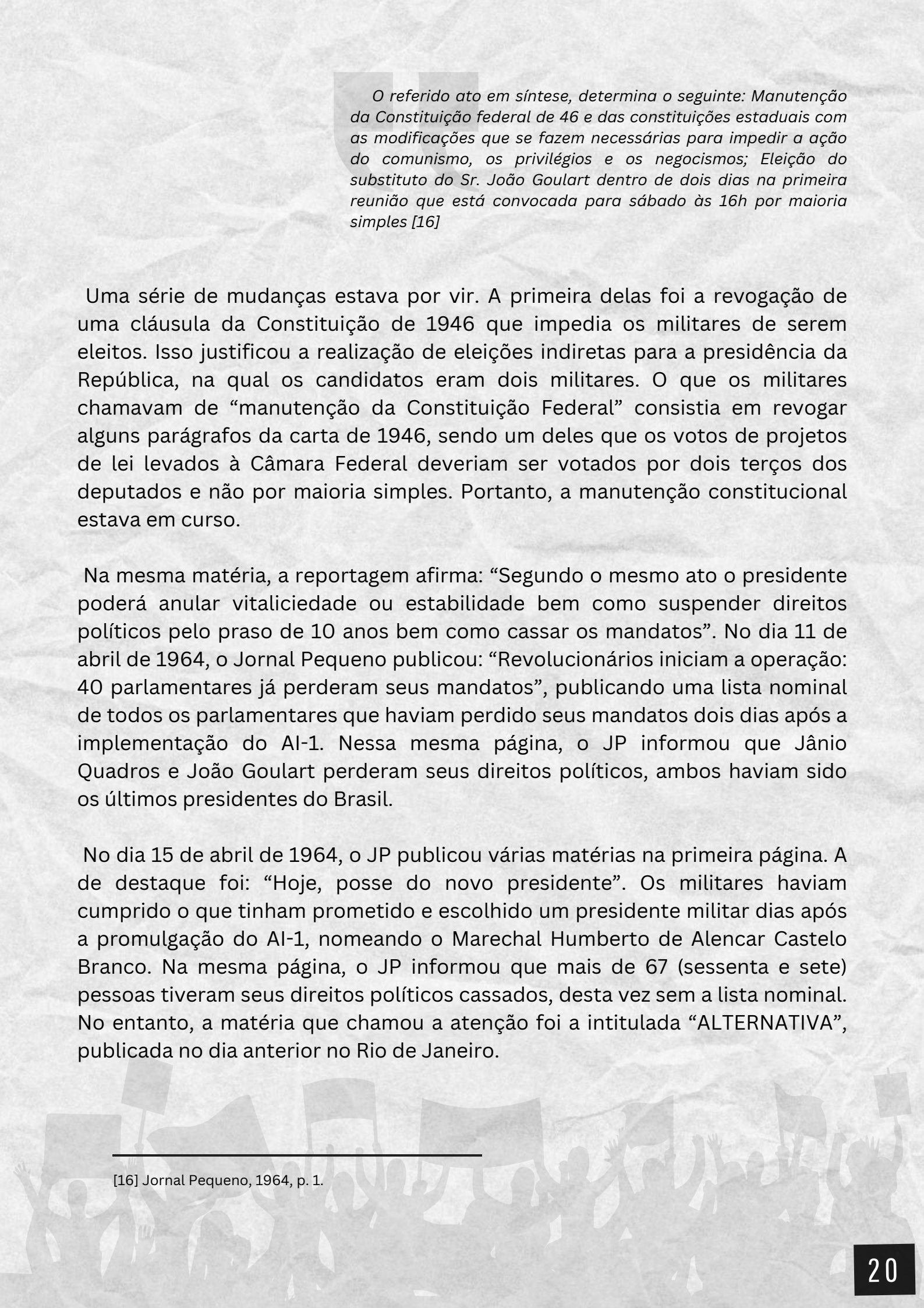


Instaurado em 9 de abril de 1964, o AI-1 foi criado por Francisco Campos, o mesmo jurista que havia redigido a Constituição do Estado Novo em 1937, e o advogado Carlos Medeiros da Silva, conhecido por suas posturas conservadoras. O Ato estipulava algumas diretrizes, tais como: 1) O presidente poderia apresentar emendas constitucionais ao Congresso com o prazo de 30 dias para apreciação, sendo aprovadas apenas com o voto da maioria; 2) O presidente tinha poder exclusivo para apresentar projetos de lei envolvendo despesas ao Congresso; 3) O presidente possuía o poder de decretar estado de sítio por 30 dias, podendo prorrogá-lo por mais 30 dias; 4) O presidente tinha o poder de suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão e cancelar mandatos de legisladores estaduais, municipais e federais; 5) O presidente podia suspender a estabilidade dos servidores públicos por seis meses (Skidmore, 1988, p. 49).

Com o discurso de reconstrução econômica, financeira, política e moral, além da restauração da ordem, os militares sentiram a necessidade de aumentar os poderes da presidência da república, alegando que somente os poderes constitucionais seriam capazes de enfrentar o comunismo que ameaçava o país. O ato foi redigido em segredo (Alves, 1984); no entanto, era previsto, uma vez que os militares venderam um discurso de legalidade no golpe. Portanto, fazia-se necessária a legitimação de uma lei aliada a um discurso de moralização do cenário político. Como o Congresso ainda estava ativo, era necessário adotar medidas que, embora truculentas e ameaçadoras ao estado democrático de direito, precisavam estar respaldadas juridicamente. Neste momento, estabeleceu-se uma linha tênue entre a legalidade e o autoritarismo.

No Maranhão, o Jornal Pequeno publicou em 10 de abril de 1964 (um dia após a promulgação do AI-1) uma matéria com o título: “Chefes da Revolução baixaram o Ato institucional”. O jornal relatou que o ministro da Guerra reuniu os profissionais da imprensa na presença dos representantes militares da Aeronáutica e da Marinha para ler o comunicado à Nação.[15]

[15] Alguns dos elementos do texto foram mencionados anteriormente quando listamos algumas das justificativas para a implementação do ato. Na citação acima, encontram-se alguns pontos que não foram previamente abordados.



O referido ato em síntese, determina o seguinte: Manutenção da Constituição federal de 46 e das constituições estaduais com as modificações que se fazem necessárias para impedir a ação do comunismo, os privilégios e os negocismos; Eleição do substituto do Sr. João Goulart dentro de dois dias na primeira reunião que está convocada para sábado às 16h por maioria simples [16]

Uma série de mudanças estava por vir. A primeira delas foi a revogação de uma cláusula da Constituição de 1946 que impedia os militares de serem eleitos. Isso justificou a realização de eleições indiretas para a presidência da República, na qual os candidatos eram dois militares. O que os militares chamavam de “manutenção da Constituição Federal” consistia em revogar alguns parágrafos da carta de 1946, sendo um deles que os votos de projetos de lei levados à Câmara Federal deveriam ser votados por dois terços dos deputados e não por maioria simples. Portanto, a manutenção constitucional estava em curso.

Na mesma matéria, a reportagem afirma: “Segundo o mesmo ato o presidente poderá anular vitaliciedade ou estabilidade bem como suspender direitos políticos pelo prazo de 10 anos bem como cassar os mandatos”. No dia 11 de abril de 1964, o Jornal Pequeno publicou: “Revolucionários iniciam a operação: 40 parlamentares já perderam seus mandatos”, publicando uma lista nominal de todos os parlamentares que haviam perdido seus mandatos dois dias após a implementação do AI-1. Nessa mesma página, o JP informou que Jânio Quadros e João Goulart perderam seus direitos políticos, ambos haviam sido os últimos presidentes do Brasil.

No dia 15 de abril de 1964, o JP publicou várias matérias na primeira página. A de destaque foi: “Hoje, posse do novo presidente”. Os militares haviam cumprido o que tinham prometido e escolhido um presidente militar dias após a promulgação do AI-1, nomeando o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Na mesma página, o JP informou que mais de 67 (sessenta e sete) pessoas tiveram seus direitos políticos cassados, desta vez sem a lista nominal. No entanto, a matéria que chamou a atenção foi a intitulada “ALTERNATIVA”, publicada no dia anterior no Rio de Janeiro.

[16] Jornal Pequeno, 1964, p. 1.

Aos círculos políticos não passou despercebido este fato: nenhum dos extremistas que procuraram fugir da ação das Forças Armadas e da polícia tentou refugiar-se em representação de países ligados à Rússia. Isso poderia ser explicado por não ser geralmente reconhecido na Europa o direito de asilo. Talvez os nossos esquerdistas já muito bem prevenidos sobre isso. Outra explicação seria a de que os nossos esquerdistas são apenas teorizantes e jamais praticantes do comunismo[17].

Neste trecho acima, os militares sugerem que aqueles considerados subversivos não pediram asilo na Rússia por duas hipóteses: na primeira, já sabiam que o asilo não era possível para países europeus; na outra, os esquerdistas não colocavam em prática o seu discurso. Essa tentativa faz parte do projeto militar de desacreditizar os movimentos de oposição em detrimento do Golpe e do que eles chamavam de “revolução”.

Maria Helena Moreira Alves, em sua obra Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), aponta que, na promulgação do AI-1, estabeleceu-se um rompimento do apoio tácito do bloco civil-militar, dando origem à dialética Estado/oposição (Alves, 1984, p. 65). Segundo Alves, a tentativa de organizar a sociedade brasileira com base na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN) criou uma oposição que, de certa forma, nunca foi derrotada. A luta armada, mobilização de grupos sociais no judiciário, movimentos internos entre os próprios militares, etc., a criação dos movimentos de oposição demandou a reorganização da estrutura do Estado capaz de reprimir aqueles que se opunham ao regime de exceção. Uma dessas formas era encontrar falhas no discurso dos movimentos de esquerda e manipular a opinião pública em detrimento do projeto empresarial-militar.

Como foi apontado nas diretrizes do ato institucional, os militares poderiam interferir nas cassações políticas não apenas na esfera federal, mas também na estadual e municipal. No Maranhão não foi diferente. Vários deputados tiveram seus mandatos cassados e foram impossibilitados de continuar suas legislaturas. Os argumentos para cassação mais comuns eram os de subversão. No caso mais emblemático citado pelo Jornal Pequeno foi o do então deputado Sálvio Dino[18], pai falecido do ex-governador do Maranhão e atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino.

[17] Jornal Pequeno, 1964, p. 1

[18] Advogado, ex-prefeito da cidade de João Lisboa e ex-deputado Estadual, morreu em 24 de agosto de 2020 por complicações do novo coronavírus. Sálvio Dino é membro da Academia Maranhense de Letras.

No dia 26 de abril de 1964, o Jornal Pequeno publicou a seguinte reportagem: Sálvio Dino afirmou em discurso dramático: Não sou comunista e a História é que me julgará. A reportagem estampou, na primeira página, em texto corrido, a lista de oito deputados que tiveram seus mandatos cassados acusados de subversão.

Cassação de mandatos provocou lágrimas na Câmara do Estado: revestiu-se de (ilegível) a sessão de ontem da assembleia legislativa (ilegível) foram cassados os mandatos de deputados maranhenses em face de expedientes do comando do IV exército ao poder legislativo classificando aqueles representantes como incluídos entre os que tentaram subverter a ordem pública e o regime democrático.

DISCURSO

Presentes 28 parlamentares o presidente Frederico Leda abriu a sessão informado ao plenário as razões dos trabalhos, isto é, a perda dos mandatos dos deputados Sálvio Dino, Benedito Buzar e dos suplentes Vera Cruz Marques, Joaquim Mochel, William Moreira Lima e Bandeira Tribuzi acusados de comunistas, além do Sr. José Bento Neves classificado como agitador pelas autoridades militares, perda essa que deveria ser votada pela Câmara do Estado.[19]

Não há nas edições anteriores do Jornal Pequeno manifestações de qualquer um dos deputados citados acima que nos dessem o motivo ou justificativa para a cassação dos mandatos. Uma vez que o Jornal Pequeno já havia sido proibido de se manifestar contra os militares desde o dia 6 de abril, como vimos anteriormente. No entanto, sabemos que a acusação era de subversão e o então deputado Sálvio Dino discursou:

Esta é a minha despedida desta casa, este é o meu canto do Cisne, Sr. Presidente e senhores deputados... Minha alma chora neste instante, não porque cassem o meu mandato sob a alegação de que sou comunista, ela chora porque vejo que os meus filhos no futuro sofrerão as consequências desta injustiça, pois talvez nos bancos escolares venham a ser isolados como filho de um traidor da Pátria, de um subvertedor da ordem eu que nunca traí meus princípios democráticos nem nunca conspirarei contra o regime[20]

[19] Jornal Pequeno, 1964, p. 1

[20] Jornal Pequeno, 1964, p. 1

Sálvio Dino afirmou posteriormente que não havia indícios para considerá-lo subversivo e que aquele ato fazia parte de um plano político de vingança em uma suposta denúncia do então governador Newton Bello. O deputado governista Pereira do Santos desmentiu a afirmação, sendo a favor do Governador do Maranhão. Segundo a reportagem, outros deputados usaram a palavra e, num clima de nervosismo, um a um foram votando pela perda dos mandatos, mas justificando que o faziam constrangidos. O deputado Bernardo Almeida, ao justificar seu voto, afirmou: “Tomo para mim a responsabilidade desse voto. Isento as Forças Armadas das minhas atitudes. Só desejo porém ver julgados os ladrões dos dinheiros do povo”.

O deputado Nunes Freire, beneficiado pela saída de Sálvio Dino, se absteve do voto e afirmou: “Nunca conquistei nada na vida à custa do sacrifício dos outros”. O clima era de total desconforto por deputados da base do governo e da oposição.

Ao se despedirem dos seus ex-colegas o pranto (não compreendido) nas faces dos deputados Buzar e Sálvio Dino e parlamentares de todas as correntes emocionados despediram-se em lágrimas dos ex-companheiros de luta no Palácio 11 de Agosto.

Ao final de tudo depois de lida a promulgação do ato do legislativo, deputados da oposição e do governo, desceram em silêncio as escadarias da Assembleia como se acabassem de sair de um enterro onde no túmulo houvessem ficado os mais queridos amigos.[21]

Na reportagem acima, percebe-se que o Jornal Pequeno dá ênfase ao fato de que os deputados cassados pelo regime autoritário foram acolhidos e consolados, inclusive pelos seus opositores na Assembleia Legislativa. Cabe ressaltar que o Jornal Pequeno se posicionava contra qualquer tipo de ditadura ou regime autoritário e apresentava-se firmemente contra o golpe de 1964 em seu editorial. Essa lógica mudou após o ato ocorrido em 6 de abril de 1964; no entanto, o Jornal não se furtou de publicar o discurso de Sálvio Dino e de outros deputados que não concordavam com a medida, embora não pudessem se posicionar contra os militares.

Outro ponto a ser destacado é que, no discurso de Sálvio Dino, há uma necessidade de negação ao comunismo; isto é, os militares já haviam estabelecido as diretrizes políticas e sociais com o ato institucional e deixavam claro que aqueles que se opusessem à “revolução” estariam contra eles.

[21] Jornal Pequeno, 1964, p. 1

No discurso do Deputado Bernardo Almeida, é possível perceber a insatisfação com o pedido de cassação, uma vez que, para o deputado, questões mais complexas e nocivas à nação, como a corrupção, deveriam ser combatidas.

O clima de tensão estava estabelecido, tanto no Maranhão como em todos os estados do país. Os expurgos políticos e atitudes autoritárias, por vezes violentas, da Operação Limpeza deixavam claros o modus operandi do governo empresarial-militar. No entanto, isso estava apenas começando. A “revolução” dava indícios de que várias arbitrariedades seriam cometidas e que o estado democrático de direito já havia sido apunhalado pelos militares. O Ato Institucional Número Dois (AI-2) viria para controlar o país a partir do sistema eleitoral, sem deixar de lado o caráter repressivo das ações militares.



Hora do Show!



VERSÃO ORIGINAL: ILHA BELA



Carlinhos Veloz

PARÓDIA: CHEFES DA REVOLUÇÃO



Wilson Neto

CHEGARAM OS CHEFES, BATERAM O
MARTELO COM O A.I
CASSA POLÍTICO, ESTADO DE SÍTIO,
PROTEGER A PÁTRIA ELES VÃO ASSUMIR
NO MARANHÃO REVOLUÇÃO JÁ CHEGOU
DISSERAM OS CHEFES, AGORA É LEI
OI OI Ô Ô

NO DIA 09 DE ABRIL VEIO O PRIMEIRO
ATO INSTITUCIONAL
DERAM PODERES PRO PRESIDENTE SÓ
QUE AGORA MAIS QUE O NORMAL
SUSPENSÃO DE CARGOS EXPURGO
POLÍTICO, PRA EXTERMINAR A
CORRUPÇÃO
A “ALTERNATIVA” ERA BLINDAR PARA
SALVAR A NOSSA NAÇÃO

NEIVA MOREIRA, JOAO GOULART,
DARCY RIBEIRO E QUADROS TAMBÉM
O COMUNISMO ERA O PRETEXTO PROS
MILITARES SE DAREM BEM
NO MARANHÃO TEVE CASSAÇÃO NA
ASSEMBLÉIA ESTADUAL
ATÉ SALVIO DINO, PAI DO MINISTRO,
FOI PRA TRIBUNA E PASSOU MAL.

SÓ QUE NA REAL OS MILITARES
USARAM O ATO INSTITUCIONAL
SE LEGITIMAR E CENSURAR OS QUE
NÃO PENSAVAM IGUAL
USARAM O DISCURSO QUE O
COMUNISMO ERA O PROBLEMA DO
NOSSO BRASIL
PRA COIBIR E DESTRUIR A
DEMOCRACIA PELO “FUZIL”

Bastidores

O título desta música faz referência a matéria publicada pelo Jornal pequeno dia 10 de abril de 1964. É importante explicar ao aluno a transição do termo Golpe para Revolução. A expressão “Bateram o martelo com o AI” é comum para caracterizar uma ação já decidida. Bater o martelo significa: consumado, geralmente sem direito de refutação. A frase “Cassa político, estado de sítio, proteger a pátria eles vão assumir” remonta a algumas decisões do ato institucional como cassação de mandatos e poder do presidente para instaurar Estado de Sítio quando necessário, além disso o discurso de proteção da pátria contra o comunismo. Esse discurso foi amplamente defendido pelos militares durante o período militar afim de justificar a truculência do governo. O professor pode fazer uma relação com o discurso que ganhou forma antes das eleições de 2018 com a ascensão da extrema direita no Brasil que até hoje usa o mesmo discurso para justificar suas posturas extremistas.



A frase “No maranhão revolução já chegou” vislumbra o que será abordado posteriormente na música tratando da cassação de parlamentares maranhenses anunciando que a ditadura havia chegado em nossas terras. “Disseram os chefes, agora é lei” remonta à estratégia de usar a lei para justificar os atos truculentos do regime de exceção. Aqui o professor poderá explanar de que forma o governo utilizou os atos institucionais para legitimar suas ações repressivas com a tutela do judiciário.

“No dia 09 de abril veio o primeiro ato institucional ,deram poderes pro presidente só que agora mais que o normal”. Nesta frase está a expressa o dia da promulgação do ato com um dos seus principais objetivos: aumentar o poderes institucionais do Presidente da república além do que aqueles que já possuía.

“Suspensão de cargos expurgo político, pra exterminar a corrupção”, aqui é citado mais uma vez algumas ações do ato institucional com o discurso difundido pela conhecida “Operação limpeza” no combate contra a corrupção. “A “alternativa” era blindar para salvar a nossa nação”. A palavra “alternativa” faz referência a uma reportagem publicada pelo Jornal Pequeno dia 15 de abril de 1964 com este título como mencionado na passagem de som desta faixa.[22] Na menção os militares fazem uma crítica às estratégias dos esquerdistas subversivos relacionadas a táticas para o exílio. Além disso fazem uma crítica ao que eles chamam de postura “teorizante” dos esquerdistas. Esta afirmação consiste na ideia de que os subversivos de esquerda mais falam do que fazem, mais “teorizam” do que praticam. Portanto os militares acreditam que esta deva ser a única alternativa dos subversivos já que estes não conseguem imprimir o comunismo no Brasil. Dessa forma eles faziam o papel de blindar a nação para salvar o Brasil do comunismo.



“Neiva Moreira, João Goulart, Darcy Ribeiro e Quadros também”. Nesta lista estão os nomes de alguns políticos cassados pelo ato institucional. O nome de Neiva Moreira, político maranhense aparece na lista publicada pelo JP no dia 11 de abril de 1964. O Quadros citado se trata do ex-presidente Jânio Quadros. Na frase “o comunismo era o pretexto pros militares se darem bem” se trata da justificativa para a maioria dos casos de cassação aplicadas pelos militares e consolidassem o seu projeto.

Na menção “no maranhão teve cassação na assembleia estadual, até Salvio Dino, pai do ministro foi pra bancada e passou mal” trata das cassações ocorridas no maranhão tanto na assembleia como na câmara federal. Neste caso, o JP deu ênfase à do então deputado estadual no Maranhão, pai do atual ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino e Benedito Buzar. Em 2013 Salvio Dino e Benedito Buzar receberam de forma representativa seus mandatos como um pedido de desculpas pela cassação em 1964, em sessão extraordinária da Assembleia legislativa do Maranhão.

[22] Veja o contexto histórico citado acima para contextualizar essa frase.



Na ultima estrofe da música “Só que na real os militares usaram o ato institucional se legitimar e censurar os não pensavam igual” é abordado um dos objetivo de todos os atos institucionais: legitimar a “revolução” e institucionalizar a censura de quem contestava o projeto militar. “Usaram o discurso que o comunismo era o problema do Brasil pra coibir e destruir a democracia pelo “fuzil”” Esta frase aponta que o discurso do comunismo justificava a censura dos contrários acabando com os parâmetros que norteavam o estado democrático de direito. A alusão ao fuzil representa a força ostensiva dos militares que em diversos momentos mataram em nome de uma suposta proteção da nação contra o comunismo e os subversivos.



Só vocês

1-De acordo com a exposição acima acerca da promulgação do Ato Institucional Nº 1 em 9 de abril de 1964e suas influências no Maranhão discorra sobre:

a)As principais medidas estabelecidas pelo AI-1.

b)As influências das medidas estabelecidas pelo AI-1 no Maranhão.

c)A relação entre o discurso dos militares em 1964 e a ascensão da extrema direita no Brasil nos últimos 6 anos.

10

AI-2

Passando o som



Um ano após o golpe, os militares haviam deixado sua marca e demonstravam em que passos conduziriam a “revolução”. A Constituição de 1946 estipulava que as eleições de 1965 estariam garantidas e, segundo Maria Helena Moreira Alves, o Governo Castelo Branco estaria num processo de transição para a normalidade, acenando o fim da Operação Limpeza e também dos IPM’s, como parte de uma gradual abertura política (Alves, 1984).

Castelo havia se comprometido em deter a onda de expurgos políticos iniciada com os IPM’s, no entanto, essa prática esboçou uma forte tensão nos “linhas duras”, a fim de que a Operação Limpeza fosse completada e prendessem os subversivos, pedindo ainda o cancelamento das eleições de outubro de 1965 (Alves, 1984).

No Maranhão, o Jornal Pequeno publicou, no dia 07 de maio de 1965, em sua capa, uma reportagem intitulada: Gal. Costa e Silva, garante a operação limpeza. O General Costa e Silva era o Ministro da Guerra do governo Castelo Branco. Era conhecido por suas medidas enérgicas e considerado “linha dura”, tese que se confirmou quando o militar assumiu a presidência da república, sucedendo Castelo Branco num período conhecido como “anos de chumbo”.

No texto intitulado “Oceano de Podridão”, o Jornal Pequeno republicou uma matéria publicada em Brasília no dia anterior:

Brasília, 6 (serviço especial de rádio escuta)- o titular da Guerra, Gal Costa e Silva por ocasião da homenagem às Forças Armadas, hoje na Câmara disse que os soldados voltarão aos quartéis, porém vigilantes, coesos e de arma em punho para manter os ideais da Revolução. Disse o ministro da guerra em certa altura do seu discurso: “Na vez passada procuraram livrar o Brasil do mar de lama, desta vez a Nação nadava num oceano de matérias pútridas”. O orador fez ver que a Câmara teve oportunidade de afastar os elementos nocivos, o que não foi conseguido, razão por que os militares tomaram a iniciativa. Salientou o Gal Costa e Silva que as forças armadas estão prontas para o trabalho de limpeza sem transigência de maneira a acabar com o favoritismo, o negociismo e as gatunagens que tanto vinham infelicitando a Nação[23].

[23] Jornal Pequeno, 1964, p. 1

Nesse trecho, Costa e Silva reafirma o processo de manutenção da Operação Limpeza, indicando que o parlamento não tomou as atitudes necessárias para livrar o país dos corruptos. Essa atitude se encaixa no discurso de desmoralização do cenário democrático para que os militares tivessem tutela para agir em favor da Nação da maneira que achassem conveniente. Alves afirma que alguns setores da linha dura manifestavam indignação com a ausência de punição a candidaturas que foram outrora proibidas com base no AI-1, mas que os direitos políticos não foram suspensos (Alves, 1984, p. 102). Isso gerou uma crise interna entre os militares, causando uma crise no processo político-militar em que militares se manifestaram publicamente contra a restrição de liberdade eleitoral.

Além deste conflito interno, os números da economia ainda não eram satisfatórios, a taxa de inflação estava em queda, mas a recessão havia chegado, demonstrando uma taxa negativa no setor industrial. Além disso, o fantasma do populismo ameaçava os “linhas duras”. Os resultados das eleições para o Governo Estadual não foram satisfatórios.

As eleições de 1965 foram um claro sinal de que a coalizão golpista não mais se sustentava. O sistema político e partidário, acuado, conseguiu se rearticular dentro das possibilidades e lançar candidaturas independentes. A eleição dos governadores da Guanabara (Negrão de Lima) e de Minas Gerais (Israel Pinheiro), ligados a JK, causaram comoção nos quartéis. As pressões da direita militar pelo expurgo radical dos políticos “populistas” não se contentavam com a erradicação da ala esquerda (Napolitano, 2014, p. 17).

As eleições de 1965 externavam um retrato, embora setorizado, de uma parcela que não coadunava com a postura dos militares. As eleições não eram mais um mecanismo periódico para decidir quem eram os representantes da sociedade, mas se tornaram um ato de protesto, gerando um ar de desconfiança nas políticas do Estado. Dessa forma, os partidos que mais se beneficiavam com esse discurso eram aqueles que se posicionavam contra o governo. Estudantes, lideranças sindicais, intelectuais e os demais que sentiram a ação repressiva do Estado viram nessas eleições a oportunidade de registrar o seu protesto.

No dia 26 de outubro de 1965, o Jornal Pequeno publicou em destaque na sua primeira página: “Poderá a revolução fechar o Congresso”. O texto publicado cita o embate entre a oposição e governistas acerca do discurso do deputado Doutel de Andrade, que delega a má condução do governo às crises políticas, afirmando que esta não surgiu no Congresso, nos sindicatos e nem nos meios estudantis, mas sim nos atentados à própria constituição promovidos pelo governo.

Além disso, a possibilidade de um novo ato institucional estava em curso com a premissa de fechamento do Congresso (Jornal Pequeno, 1965, p. 1).

No dia 26 de outubro de 1965, o Jornal Pequeno publicou uma matéria do dia anterior [24], relatando sobre o clima de tensão no Congresso Nacional:

EXÉRCITO, AERONÁUTICA E MARINHA EM ESTADO DE ALERTA.

Brasília, 26 (Especial) – Os ministros da Guerra, aeronáutica e marinha passaram a tarde reunidos com o presidente da república e evitaram contatos com a imprensa, permanecendo em lugares reservados no Palácio do Planalto. Informou-se que os três passarão a noite em Brasília e estão de sobreaviso. Durante o expediente vespertino da Câmara dos deputados, vários parlamentares fizeram uso da palavra e teceram severas críticas ao Governo Federal relacionados com as mensagens visando aumentar os poderes da Revolução. Contrariando a praxe do Congresso a votação será iniciada no Senado onde se afirma que é tranquila a aprovação das mensagens. Somente a bancada Petebista reafirma o seu ponto de vista contrário à aprovação das proposições governamentais. Deputados do PTB ocuparam a tribuna da Câmara e decorreram violentas críticas ao Governo conclamando as lideranças para não aprovarem as mensagens do executivo e sim outra mensagem de uma rede única de frente. Segundo o deputado Rui Campos, deverão votar pelas proposições 59 deputados do PSD, 69 da UDN, 21 do PTB, 19 do PSP, 15 do PDC, e 20 parlamentares dos pequenos partidos[25].

A presença das forças militares tinha a função de intimidar a votação dos resultados da oposição. Os deputados do PTB historicamente se posicionaram contra os militares, no entanto, independentemente da legenda, o Congresso, em sua maioria, estava confiante na não aprovação por parte da maioria, uma vez que as propostas de intervenção prejudicariam o pleito eleitoral seguinte, ou seja, prejudicariam os próprios deputados e o processo democrático. Nesse contexto, em outra matéria na mesma página, o Jornal Pequeno publicou:

EXPECTATIVA EM TODO PAÍS.

Brasília, 26 (Especial) – Reina Grande expectativa nesta capital e em todo país quando o Congresso Nacional terá de se pronunciar sobre a aprovação ou rejeição dos projetos enviados pelo Presidente da República, entre eles o caso de intervenção federal nos Estados.

[24] Era comum que os jornais maranhenses publicassem matérias de outros estados. Nesse exemplo, o Jornal Pequeno publicou, em 27 de outubro, uma reportagem veiculada em Brasília no dia 26 de outubro.

[25] Jornal Pequeno, 1965, p. 1

Vários líderes parlamentares afirmaram hoje que é muito difícil ao Governo encontrar número para a aprovação das mensagens. Líderes do governo na Câmara e no Senado afirmam que não temem resultado desfavorável no Congresso, confiantes que são no espírito patriótico dos parlamentares brasileiros.[26]

Sobre esse dia em Brasília, Alves (1984) apontou que haveria indícios de recusa das emendas por parte do Congresso Nacional e que isso poderia acarretar imposição de um ato institucional por decreto do Executivo. No entanto, essa medida provocaria uma crise institucional, acirrando as tensões entre os militares. Era óbvio que os representantes militares mais esclarecidos preferiam que o Congresso votasse as medidas sem necessidade de decreto (Alves, 1984, p. 109-110).

Com a ameaça de vitória de mais candidatos de oposição que, em tese, ameaçavam os militares, uma atitude precisaria ser tomada. Para Skidmore, Castelo foi pressionado pelos “linhas duras” a tomar uma atitude mais enérgica para a manutenção da “revolução”. Em 27 de outubro de 1965, é promulgado o AI-2 com 33 artigos, nos quais são ampliados os poderes do presidente, é decretada a extinção dos partidos políticos, podendo existir somente dois partidos: Arena, que era considerada governista; e o MDB, visto como partido de oposição. Além disso, o presidente poderia prorrogar o estado de sítio por 180 dias sem consultar o Congresso, mantendo ainda as cassações políticas e permitindo que civis fossem julgados por tribunais militares.

No dia 28 de outubro de 1965, o Jornal Pequeno mencionou o novo ato institucional. A notícia não foi destaque devido a um naufrágio na região metropolitana de São Luís, mas ainda publicou o seguinte texto:

PRONTO O ESTADO DE SÍTIO

Rio, 27 (ESPECIAL) – O titular da Justiça concedeu entrevista coletiva à imprensa, hoje, quando declarou textualmente: “O ato institucional n.º 2 não foi promulgado para impressionar ou para amedrontar. Foi feito para ser executado. Este não é um governo de blefe e sim um governo em luta pelo bem coletivo com plena convicção. É um governo que não abusa da força, mas que tem consciência do seu dever democrático” E frisou: “O ato n.º 2 é uma arma excepcional, mas que somente será utilizada pelo governo na medida em que for necessária”. Confirmou que o decreto no Estado de Sítio já está redigido, bem como medidas complementares, que somente serão postas em prática em caso absoluta necessidade[27].

[26] Jornal Pequeno, 1965, p. 1

[27] Jornal Pequeno, 1965, p. 1

No trecho acima, no pronunciamento de um membro do governo, é evidente o caráter informativo, porém ameaçador, dos militares acerca do AI-2. Expressões como “foi feito para ser executado” e “não abusa da força, mas tem consciência do dever democrático” evidenciam que o Executivo, comandado pelos militares, não estaria disposto a dialogar com qualquer ideia que estivesse em desacordo com o que os militares haviam estabelecido. O uso do ato como uma “arma” que será utilizada apenas se necessário é contraditório, uma vez que apenas os militares julgavam a necessidade de efetivação das medidas que eles próprios estabeleceram.



Hora do Show!



VERSÃO ORIGINAL: FILHOS DA PRECISÃO

Erasmão de Bell



PARÓDIA: RITOS DA REPRESSÃO

Wilson Neto



GOVERNO MILITAR/ COM MEDO DA ELEIÇÃO PEDIRAM PRA/
REDUZIR PARTIDOS
INDIRETAS PARA DAR/ MAIS PODER AO PRESIDENTE SÓ PRA TER/
MAIS CONTROLE EM TUDO
CHEGOU BIPARTIDARISMO ARENA MDB ESTÃO LÁ
ARENA É GOVERNISTA E O MDBÉ OPOSIÇÃO

IÊRA...TCHU TCHU TCHU THCU IÊRA....

DO LADO DE CÁ, OS SUBVERSIVOS DO LADO DE LÁ É QUEM DÁ O
TIRO
DESMORALIZAR, O NOSSO CONGRESSO É PAUTA PRA FECHAR, É
SÓ RETROCESSO.

AI O NÚMERO 2 CHEGOU PRA FICAR E AMEDRONTAR
QUESTIONARAM ELEIÇÕES, COM MEDO DE PERDER APOIO
POPULAR...

IÊRA...TCHU TCHU TCHU THCU IÊRA....

Bastidores

O título desta paródia faz relação ao que se tornaram os atos institucionais pós golpe de 1964: sombrios ritos da repressão. Na frase “governo militar/ com medo da eleição pediram pra/ reduzir partidos” faz menção ao resultado negativo do pleito eleitoral de 1965 que elegeu muitos governadores e deputados de oposição ao regime, logo uma das propostas era a redução de partidos políticos.

Dentre essas medidas, as eleições indiretas para presidente da república estava nas pautas do congresso, isto justifica a frase “indiretas para dar/ mais poder ao presidente só pra ter/ mais controle em tudo. Segundo reportagem do Jornal Pequeno do dia 03 de outubro de 1965, essas eleições já haviam sido indiretas para os governos estaduais que eram considerados “pontos estratégicos da Revolução”.



A frase a seguir “chegou bipartidarismo ARENA e MDB estão lá... ARENA é governista e o MDBé oposição!!” remonta a uma das medidas mais incisivas do AI-2: o Bipartidarismo. Os partidos se dividiram entre ARENA (Aliança Renovadora Nacional) que eram governistas e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que servia como oposição, considerada por alguns historiadores como uma oposição branda e sem força política.

Nas frases “do lado de cá, os subversivos do lado de lá é quem dá o tiro,” apontam as diferenças entre os dois lados: os subversivos , aqueles considerados contra o regime empresarial militar e “ quem dá o tiro” expressão que faz referência as forças armadas que muitas vezes, durante o período de exceção, usou força letal para matar e torturar quem se manifestava contra os militares.

A seguir, “desmoralizar o nosso congresso é pauta pra fechar, é só retrocesso.” o ato de desmoralizar o Congresso nacional fez parte das estratégias dos militares para forjarem um clima de confusão e tensão política.

A reportagem do dia 26 de outubro de 1965 mencionada acima aponta críticas feitas pelos deputados de oposição afirmando que o clima de tensão e desordem foi causado pelos próprios militares, no entanto, como medida autoritária, a possibilidade de fechar o Congresso pairava pelos ares de Brasília.

Nas ultimas frases da paródia “ai o número 2 chegou pra ficar e amedrontar questionaram eleições, com medo de perder apoio popular...” retrata sobre a promulgação do ato institucional nº 2 e faz referência a uma matéria publicada pelo Jornal Pequeno no dia 28 de outubro de 1965 em que o representante da Justiça usou em seu discurso a prerrogativa de que o ato não tinha o interesse de amedrontar.



A crítica gira em torno do contrário: que a promulgação do AI-2 foi uma continuação dos atos de repressão que se iniciaram no AI-1, no entanto, com medidas mais restritivas com a intenção de amedrontar e inibir quem questionasse as ações dos militares.

O ultimo trecho referente às eleições aponta uma estratégia dos militares: questionar os resultados, cassar mandatos e eleger governadores em estados considerados estratégicos para que não perdessem o apoio da população, isto é, uma vez que o governador ou prefeito de uma cidade ou estado considerado ponto de apoio da “revolução” não estivesse com o governo, poderia ser um risco para o projeto dos militares.



Só vocês

1-Com base nos estudos sobre o AI-2 e suas publicações no Jornal Pequeno, pesquise no contexto histórico abordado neste material ou em outra fonte quais partidos políticos foram extintos pelo ato.

(obs: para responder este exercício o professor deve disponibilizar o texto “passando o som da faixa 3)

2- Contextualize a relação entre o discurso de desmoralização da política e dos princípios democráticos utilizados pelos militares em 1965 com a promulgação do AI-2, com a negação da política e desmoralização das instituições de Justiça nos dias atuais. (Sugestão: abordar os atentados de 08 de janeiro de 2023).

LE SARNNEY
APRIL 1964

Faixa 04

Elementos Canva



Passando o som



Com as novas diretrizes propostas pelo Ato Institucional Número Dois, a repressão militar assume sua forma ditatorial, não mais camuflada pela fumaça democrática. Segundo Napolitano (2004), o Ato Institucional Número Três (AI-3) foi um complemento do AI-2. As eleições indiretas para governadores estavam desenhadas e esse seria o próximo passo dos militares, pois o governo temia a perda do controle político da federação e, sobretudo, a volta civil pela via eleitoral (Napolitano, 2004, p. 21).

Segundo Skidmore, o AI-3 foi feito para “proteger as eleições”, em que prefeitos das capitais de cidades consideradas importantes para a manutenção da segurança nacional seriam nomeados pelos governadores. “O governo estava reconhecendo que não podia mais dar-se ao luxo de se arriscar a eleições abertas e diretas em qualquer nível que interessasse” (Skidmore, 1988, p. 107).

No entanto, as articulações de oposição para lutar contra os militares precisavam avançar, uma vez que as medidas arbitrárias tomadas pelos militares deturpavam os interesses democráticos. Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, que inicialmente apoiaram o golpe militar, romperam com o governo e ambos foram cassados. No entanto, criaram a Frente Ampla para lutar contra os abusos dos militares. A atuação desse grupo se dava inicialmente por meio de manifestos em jornais no sul do país. Napolitano (2004) afirmou que, apesar das críticas, o tom dos manifestantes da Frente Ampla era de apelo ao diálogo, na esperança de uma alternativa negociada para o impasse do isolamento político no qual o regime parecia estar imerso.

Enquanto isso, no Maranhão, o cenário político se desenhava favorável aos militares. Nas eleições para o governo do Estado, José Sarney havia sido eleito pela UDN. Com o bipartidarismo imposto pelo AI-2, o governador eleito filiou-se ao ARENA. No dia 20 de novembro de 1965, o Jornal Pequeno publicou a seguinte reportagem:

SARNEY EXALTA A REVOLUÇÃO – Falou durante 30 minutos a uma cadeia de emissoras do país.

RIO,19 (Especial) – O governador eleito do Maranhão, Sr. José Sarney, falou ontem à noite durante 30 minutos, numa cadeia de emissoras brasileiras sob o comando da rádio nacional do Rio de Janeiro...

Destacou Sarney as grandes vitórias da revolução de 31 de março no setor agrário, no setor econômico e até mesmo na esfera política realçando a lei das inelegibilidades e da emenda do Domicílio Eleitoral... ... Fez ver que a extinção dos partidos políticos não constituiu uma novidade uma vez que os partidos já estavam extintos pelo próprio processo político nacional e pela própria vontade do eleitorado que não obedecia mais a nenhum sentimento partidário.[28]

A figura de José Sarney é emblemática no Maranhão. No imaginário maranhense, a oligarquia Sarney tem influência histórica nas decisões políticas do Estado, o que desemboca em questões sociais como o atraso em infraestrutura, educação e diversos índices socioeconômicos. José Sarney foi eleito governador do Maranhão e durante todo o período ditatorial esteve filiado ao ARENA, partido vinculado aos militares.

Durante o processo de transição e redemocratização política, Sarney se projetou como vice-presidente da primeira república e, com a morte de Tancredo Neves, José Sarney tornou-se o primeiro presidente eleito democraticamente por eleições diretas pós-ditadura empresarial-militar. No texto acima, Sarney demonstra diálogo com os militares e aceitação do bipartidarismo como uma medida política assertiva, passando pela desmoralização da dinâmica política vencida pelos militares.

No dia 4 de fevereiro de 1966, o Jornal Pequeno publicou, na segunda página, uma pequena menção à nova medida que seria aplicada pelos militares.

ELEIÇÃO INDIRETA NOS DEMAIS ESTADOS-Poderá ser editado um novo ato institucional

RIO, 4 (ESPECIAL) – O senador Mem de Sá, atual titular da pasta da justiça confirmou, falando à reportagem que o presidente da república está tratando da regulamentação de eleições indiretas para os Estados informando ainda se essa regulamentação se fará por meio de outro ato institucional ou se fará por um simples ato complementar[29].

Nota-se na reportagem que o senador, titular da pasta da Justiça, ainda punha em dúvida a implantação de um Ato Institucional ou de um ato complementar. No entanto, a dúvida não subestimava a gravidade da violação no processo eleitoral/democrático.

[28] Jornal Pequeno, 1965, p. 1.

[29] Jornal Pequeno, 1966, p. 2

O estabelecimento de eleições indiretas para as capitais dos estados era uma ferramenta de controle poderosa nas mãos dos militares para consolidar o projeto militar. Se pudéssemos estabelecer uma movimentação da atuação dos militares conforme as esferas de poder no campo político, podemos dizer que eles começaram a “revolução de cima para baixo”, uma vez que esse movimento se inicia com a destituição de um presidente da república, cassação de deputados federais, cassação de deputados estaduais, impugnação de candidaturas para os governos estaduais, nomeação de governadores e prefeitos.

No dia 5 de fevereiro de 1966, foi emitido o AI-3. Este dava aos governadores o direito de indicar os nomes dos prefeitos das capitais brasileiras aprovados pelas suas respectivas assembleias legislativas. Os senadores poderiam exercer, com licença prévia do Congresso, a função de prefeito de Capital. Essas medidas aumentaram drasticamente o controle dos militares; isto é, o governo tinha sob sua tutela a presidência da república, o Congresso Nacional, os governos estaduais e as prefeituras das capitais.



Hora do Show!



VERSÃO ORIGINAL: TELEGRAMA



Zeca Baleiro

PARÓDIA: INDIRETAS JÁ



Wilson Neto

"TAVAM" COM MEDO DA VOLTA, DOS CIVIS QUE HAVIAM GANHO A ELEIÇÃO

JÁ "TAVAM" BEM PREOCUPADOS, COM A GALERA DA FRENTE AMPLA, DA UNE E DOS SINDICATOS

COM O DISCURSO DE PROTEÇÃO DA NAÇÃO/ ELES QUERIAM A ELEIÇÃO

MAS SÓ QUE AQUI NO MARANHÃO / JOSÉ SARNEY JÁ TINHA GANHO A ELEIÇÃO

E COM MEDO DO MILITAR INTERVIR / FOI PRA TRIBUNA DEFENDER O GOLPE

E DIZIA "QUE AMA" (4x)

POR ISSO EM 05 DE FEVEREIRO DE 66 FOI EMITIDO O AI-3 PRA DIZER QUE MILITAR QUE ESCOLHE O PLEITO, DECIDINDO QUEM VAI SER ATÉ PREFEITO.

POR ISSO EM 05 DE FEVEREIRO DE 66 FOI EMITIDO O AI-3 PRA DIZER QUE MILITAR QUE ESCOLHE O PLEITO, DIZENDO QUE SENADOR VAI SER PREFEITO.

NA LAMA, NA LAMA, QUE LAMA...EU QUERO MEU DIREITO, QUERO MEU DIREITO, QUERO MEU DIREITO, MEU DIREITO DE VOTAR (2X)

Bastidores

O título desta paródia faz alusão a um movimento conhecido do período de redemocratização “ Diretas, já”. Este pedia as eleições diretas para presidente da república. Na paródia utilizamos o contrário em tom de crítica àquela que foi a principal medida do AI-3: eleições indiretas para governo do Estado e prefeitura das capitais. Na frase “tavam com medo da volta, dos civis que haviam ganho a eleição” faz alusão ao clima de insegurança dos militares com os resultados das eleições de 1965. As medidas estabelecidas pela AI-2 não eram suficientes para assegurar que o processo eleitoral estivesse sob o controle dos militares.

“Já estavam bem preocupados, com a galera da Frente Ampla, da UNE e dos sindicatos” explora a ideia de que os movimentos de oposição já se articulavam intensamente contra os abusos cometidos pelos dois primeiros atos institucionais. A Frente Ampla, de Lacerda e Adhemar; os estudantes da UNE e também os sindicatos que ainda suspiravam. “Com o discurso de proteção da nação/ eles queriam a eleição” esta frase deixa expresso que os militares queriam proteger a “revolução” por isso precisavam ter controle não somente da presidência da República, mas agora dos governos estaduais e das prefeituras.



“Mas só que aqui no Maranhão /José Sarney já tinha ganho a eleição e com medo do militar intervir / foi pra tribuna defender o golpe”. Esta frase faz menção a uma reportagem do Jornal Pequeno do dia 20 de novembro de 1965 em que Sarney falou por 30 minutos exaltando o golpe militar. Sobre este tópico é importante que o professor explique a figura política de José Sarney no Maranhão e no país, uma vez que o mesmo que exaltou o golpe de 1964, foi o primeiro presidente da república pós-ditadura empresarial- militar.

A expressão: “dizia que ama” que se repete várias vezes, faz um diálogo com a versão original da música de Zeca Baleiro, nesse caso, fazendo uma alusão ao discurso de Sarney exaltando a “revolução” servindo como estratégia para que os militares não intervissem no resultado da eleição no Maranhão.



“Por isso em 05 de fevereiro de 66 foi emitido o AI-3 pra dizer que militar que escolhe o pleito, decidindo quem vai ser até prefeito”. Esta frase informa o dia em que foi instituído o AI-3 e apresenta uma das suas principais medidas que foram as eleições indiretas para Governador, sendo que próprios governadores deveriam escolher os prefeitos. Na segunda repetição há uma pequena mudança na frase: “dizendo que senador vai ser prefeito”. Esta também foi uma prerrogativa do AI-3 em que senadores e deputados poderiam assumir, com licença prévia, exercer o cargo de prefeito de capitais.

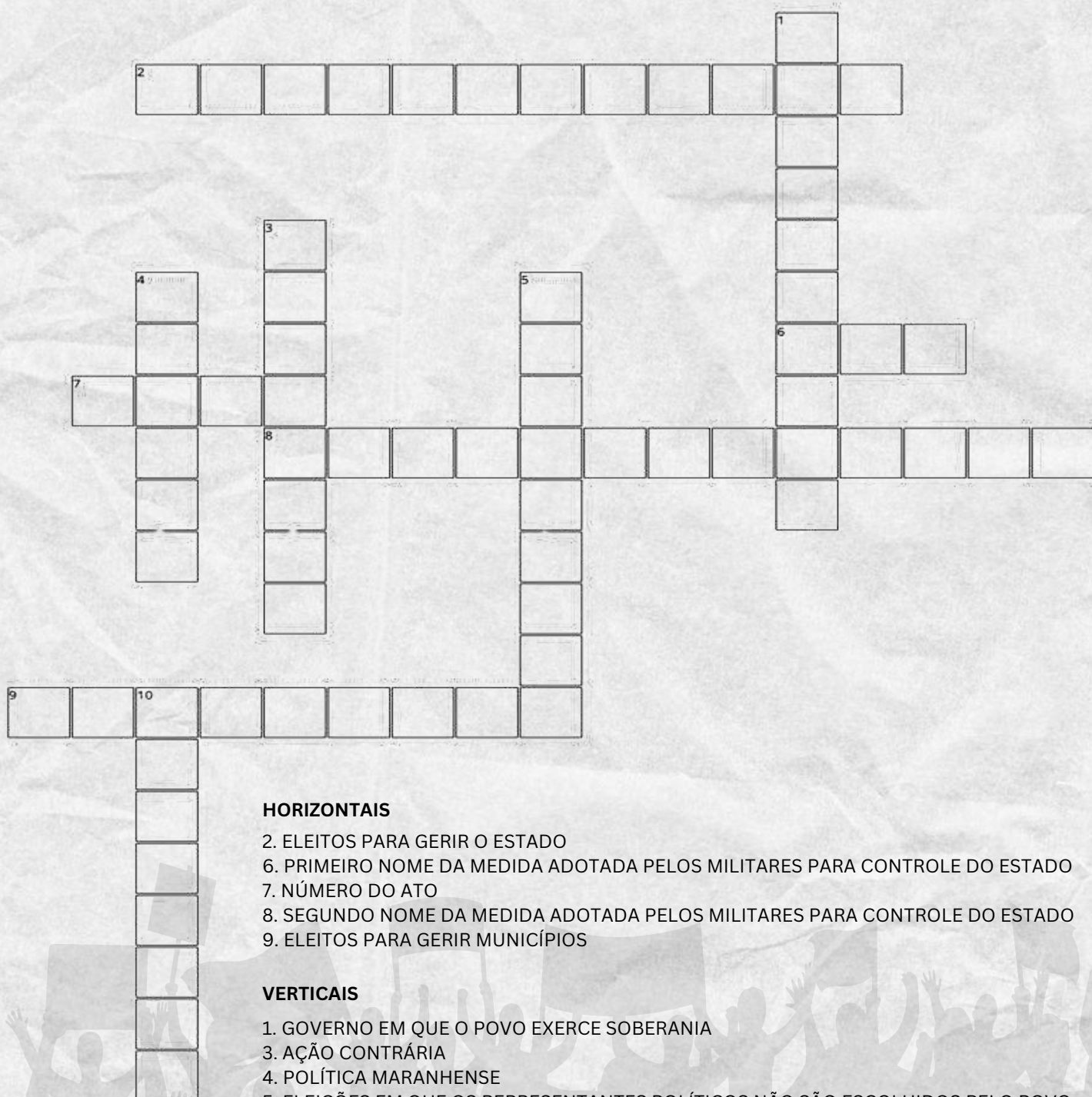
Na ultima parte da música, o autor faz uma crítica ao processo democrático que foi aviltado pelos militares. A expressão “na lama” indica em que se transformou o golpe de 1964 deturpando o conceito de democracia no qual o povo não tinha sua participação. Na frase final, o clamor é de chamamento para que se cumprisse um princípio básico para a manutenção da democracia: o direito de votar.



Só vocês

1- Com base nos conhecimentos adquiridos nos estudos do tema acima, resolva a palavra cruzada abaixo, considerando as principais características do AI-3 e suas influências no Maranhão.

ATO INSTITUCIONAL Nº 3





Faixa 05

Elementos Canva

Fonte: Brasil Escola UOL

AI - 4



Passando o som



Durante o processo eleitoral conduzido com base no AI-3, muitos pleitos foram acusados de corrupção, ilegalidade e compra de votos. Alves (1984) afirmou que o processo foi feito à base de intimidação militar. Cidades de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul tiveram seus processos eleitorais acompanhados por tropas militares. Essa justificativa seria a válvula propulsora para justificar uma atitude mais drástica para “limpar” o processo eleitoral. O cenário parecia favorável para a mudança, pois o ARENA havia vencido em maioria; dessa forma, o governo precisava atuar em um campo que o resguardava juridicamente, cujas medidas fossem permanentes, uma vez que os atos institucionais tinham prazo de validade. Era necessária a mudança da constituição.

O Jornal Pequeno publicou, no dia 24 de novembro de 1966, em destaque na primeira página, a notícia:

*Será editado um novo ato institucional - Tramitação da nova Carta”
BRASÍLIA,23, ESPECIAL- A partir das 16 horas de amanhã, a Comissão de Justiça da Câmara passará a se reunir para examinar o texto do Conselho de Segurança Nacional, dando ciência do decreto presidencial que cassou os últimos mandatos. Já se encontram em Brasília os deputados suficientes para garantir o quórum da sessão. Cerca de 30 deputados do MDB começaram a estudar a divulgação de um protocolo pelo qual todos os signatários se comprometem a tomar uma atitude coletivamente. O líder do MDB, deputado Vieira de Melo, declarou que não está articulando a formação de um partido popular preconizado pelo acordo firmado entre Juscelino e Carlos Lacerda. Fontes do Ministério da Justiça revelaram que o Marechal Castelo Branco vai editar brevemente o Ato institucional n.º 4 que regulamentará a tramitação ao projeto da nova constituição[30].*

Mesmo com as medidas políticas estabelecidas pelos Atos Institucionais, a Frente Ampla era pauta das questões no Congresso pela influência que Carlos Lacerda e Juscelino tinham no espectro nacional. Além disso, algumas empresas do ramo empresarial, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), mesmo apoiando o regime, exigiam mudanças no setor econômico. Isto é, a política econômica adotada pelo governo não era unanimidade entre seus pares, pois para os empresários não bastava controlar a inflação, mas retomar o crescimento industrial (Napolitano, 2004, p. 23).

[30] Jornal Pequeno, 1966, p. 1

No dia 07 de dezembro de 1966, foi baixado o Ato Institucional Número Quatro (AI-4), com a intenção de modificação da Constituição. O projeto foi aprovado por 223 votos a 110 na Câmara dos Deputados e por 37 a 17 com 7 abstenções no Senado. Nos termos do ato, a comissão teria 72 horas para votar o projeto da constituição.

O MDB continuou protestando. Em matéria do Jornal Pequeno, no dia 10 de dezembro de 1966, o Jornal Pequeno publicou:

ONDA DE CRÍTICAS À NOVA CONSTITUIÇÃO – Manifesto da oposição RIO,9 (ESPECIAL) – Esteve reunido, hoje na Guanabara, o Gabinete Nacional do MDB, ocasião em que examinou amplamente o texto da futura constituição, no Final dos trabalhos foi distribuída à imprensa, a seguinte nota:

- O gabinete da Executiva Nacional do MDB, reunida para examinar os últimos atos do governo revolucionário, relacionados com o problema da reforma constitucional, resolveu:

1º- Manifestar sua repulsa ao Ato Institucional n.º 4 por ter termos realmente afrontosos à competência do Congresso Nacional.

2º- Repudiar o projeto da Constituição já publicado que se pretende encaminhar ao Congresso Nacional por ser de índole autoritária e incompatível à segurança do desenvolvimento do país e ao resguardo do interesse da coletividade

3º- Dar conhecimento das providências do poder executivo, convocando a comissão diretora nacional para, com a presença dos representantes parlamentares, fixar a orientação definitiva do partido dentro do critério de resistência e luta em defesa da ordem democrática e da Justiça[31].

Em outro trecho da mesma matéria, foi publicado o seguinte trecho:

CONGRESSO ESCRAVIZADO

SALVADOR, 9 (ESPECIAL)- O Advogado Sobral Pinto que se encontra nesta capital fez severas críticas ao Governo Federal e ao anteprojeto de reforma da Constituição. Disse ainda que o ato institucional n.º 4 é uma monstruosidade. Acrescentou que este novo ato escraviza totalmente o Parlamento e que os congressistas que vão votar a matéria estarão subjugados pelo Executivo.

NOVA CARTA É MALDOSA

RIO,9 (ESPECIAL) – O deputado Oscar Dias Correia iniciou ontem o exame minucioso, artigo por artigo, do texto da nova constituição e declarou que existe muita maldade na nova Carta adiantando que pelo Ato Institucional n.º 4 o Congresso não vai votar coisa nenhuma e apenas contestar uma carga indireta[32].

[31] Jornal Pequeno, 1966, p. 1

[32] Jornal Pequeno, 1966, p. 1

Na segunda página, o presidente do MDB de São Paulo, Senador Lino de Matos, teve acesso ao texto do anteprojeto da reforma constitucional proposta pelo AI-4. O senador chamou a atenção para a concentração de poder nas mãos do Presidente da República e a quebra de autonomia das capitais. Sobre o ato institucional, o Senador destacou como uma “jogada de mestre” do governo que promoveu uma troca de papéis, isto é, ao invés da oposição obstruir a tramitação da matéria para impedir sua aprovação dentro do pequeno prazo estipulado pelo AI-4, este papel será de responsabilidade da ARENA, que impossibilitou a aprovação de qualquer emenda.

Nesta mesma página (segunda), no dia 10 de dezembro, o Jornal Pequeno publicou ainda uma reportagem intitulada: “Ato Institucional Humilha o Congresso – Presidente com Super Poder”. A matéria não emitiu nenhuma opinião sobre o ato ou as alterações propostas pela criação da nova constituição; apenas apresentou a ementa e os artigos do ato. No entanto, é importante identificar que nesta página contém um pronunciamento do líder da bancada do MDB, senador Lino de Matos, em tom de crítica e um título de matéria um tanto quanto tendenciosa, uma vez que a expressão “humilhação” poderia ser contestada pelos militares como ação necessária para a manutenção da “revolução”. A expressão “super poder” pode ser lida como um ato de grandeza, ao mesmo tempo que remonta a ideia do poder que vai além do que se pode ter. Teria sido essa a intenção do Jornal Pequeno?

Isto posto, a constituição tinha a intenção de aprovar uma série de medidas que já haviam sido contempladas nos atos institucionais; no entanto, o prazo de validade dos atos não determinaria a longevidade das medidas necessárias para a manutenção da “revolução” proposta pelos militares. Além disso, a carta estava sujeita a uma série de modificações, sendo uma delas a separação de poderes. Para Alves (1984), o Legislativo foi fortemente debilitado pelos militares, configurando um cenário de descrédito da política e do cenário eleitoral. A nova constituição poderia aprovar projetos de leis urgentes em até 45 dias; após isso, seriam considerados aprovados. No entanto, os projetos que não tinham urgência seriam aprovados de forma automática em 60 dias, se não houvesse nenhum ato de rejeição. O Congresso se viu de mãos atadas em detrimento do crescimento do poder Executivo.

No dia 12 de dezembro de 1966, o Jornal Pequeno publicou:

*MODIFICAÇÕES NA NOVA CARTA MAGNA- DECLARAÇÃO DO
SENADOR FELINTO MULLER*

RIO, 10 (ESPECIAL)- O senador Felinto Muller acaba de informar à reportagem que as modificações introduzidas pela ARENA no projeto da reforma constitucional visam aperfeiçoar a nova carta.

Adiantou que entre outras modificações destaca a que restringe o direito de Legislar conferido ao presidente da república que só poderá fazê-lo em matéria de segurança ou de finanças[33].

Segundo Alves (1984), a medida mais importante da Constituição de 1967 foi aquela que deu ao executivo o direito exclusivo de legislar sobre pautas que incluíam questões de Segurança Nacional e finanças públicas, como citado na reportagem acima. Essa dinâmica convergia com o conceito de Segurança Nacional que caracterizava os direitos políticos e individuais e institucionalizava o modelo econômico. Além disso, todas as medidas restritivas ao judiciário contidas no AI-2 foram anexadas ao texto da nova carta (Alves, 1984, p. 129).

Podemos dizer, portanto, que a elaboração desta carta constitucional foi um conglomerado de leis já apresentadas pelos Atos Institucionais Um, Dois e Três com a intenção de legitimar a força da “revolução”, desta vez expressa pela carta magna constitucional do país. O controle do legislativo, das ações de segurança nacional, das finanças, da infiltração nas cidades que eram consideradas áreas de segurança nacional através das nomeações de prefeitos: os militares estavam respaldados para continuar a manutenção do seu projeto de poder.

[33] Jornal Pequeno, 1966, p. 1

Hora do Show!



VERSÃO ORIGINAL: VOCÊ ME VIRA A CABEÇA



Alcione

PARÓDIA: "A CARTA"



Wilson Neto

ISSO ME VIRA A CABEÇA
TA ME TIRANDO DO SÉRIO
AQUELES ATOS INSTITUCIONAIS TEM FIM
AINDA QUERO A SEGURANÇA E ECONOMIA PARA MIM
PRECISO DAR OUTRO PASSO

EU QUERO UM NOVO ATO, PRA NÃO ATRAPALHAR MEU MANDATO
O MDB TA FALANDO E ACHAM QUE EU TÔ HUMILHANDO, AGORA EU
VOU DECREITAR, EU VOU

PORQUE VOCÊ NÃO ESCUTA A POPULAÇÃO?
PRA QUE QUER UMA NOVA CONSTITUIÇÃO?
PRA QUE?

EU QUERO É PRENDER! QUERO REPRIMIR
SÓ PRA ME DEIXAR LOUCO POR PODER
SÓ PRA TER ALGUÉM QUE FIQUE SEMPRE AO MEU DISPOR
PARA PROMOVER O TERROR...ÔÔUÔ! (2X)

Bastidores

Esta paródia segue uma lógica diferente das demais apresentadas até aqui. Na música é estabelecido um diálogo entre duas personas: O militar e o povo. A fala em primeira pessoa representada pelo militar, a que está em segunda pessoa é representada pelo povo. Portanto a letra da paródia inicia com a seguinte frase: “Isso me vira a cabeça/ tá me tirando do sério/ aqueles atos institucionais tem fim” Nesta frase o militar, dono do poder, se demonstra inquieto com o prazo de validade dos atos institucionais, que poderiam comprometer a manutenção da “revolução” promovida em 1964, para ele não deveria ter fim.

“Ainda quero a segurança e economia para mim /preciso dar outro passo” Esta frase remonta a uma publicação do Jornal Pequeno no dia 12 de dezembro de 1966 em que o senador Felinto Muller, do ARENA, informou que o projeto da nova constituição daria ao presidente o poder de deliberar sobre a segurança nacional e a economia do país, mas o “outro passo” deveria ser dado.

“Eu quero um novo ato, para manter meu mandato” representa o militar afirmando que precisa de um novo ato institucional para convocar uma nova constituição. A estratégia é que as propostas implementadas pelos atos institucionais até o momento deveriam fazer parte da carta magna, portanto tornar as medidas definitivamente constitucionais.



O MDB tá falando,” está relacionada as matérias publicadas pelo Jornal Pequeno que mostrava a oposição se manifestando contra a nova constituição. “e acham que eu tô humilhando”. Nesta frase o militar faz alusão a uma matéria publicada pelo Jornal Pequeno dia 10 de dezembro de 1966 que se intitula: Ato institucional humilha Congresso, no entanto, o militar não se importa e diz que irá decretar: “agora eu vou decretar, eu vou”.

“Porque você não escuta a população? Pra que quer uma nova constituição? Pra que? Este trecho entra em ação o segundo personagem: o povo. Neste momento duas perguntas são feitas em tom de desespero, assim como na música original em que a personagem pergunta porque não tem a atenção do seu amado. Neste momento é como se o povo já soubesse a resposta mas queria ouvir dos próprios militares, então vem a resposta na frase seguinte.

“Eu quero é prender! quero reprimir só pra me deixar louco por poder” representa a fala do militar que expressa, sem pudor, seus desejos com a aprovação da nova carta constitucional. Neste momento o professor deve ressaltar que as práticas de repressão política e tortura já eram uma realidade no governo militar.” Só pra ter alguém que fique sempre ao meu dispor” é um recado para o próprio povo que deve estar “sob os pés” dos militares respaldados pela nova constituição e assim “promover o horror” como sugere o militar na última frase da canção.



Só vocês

1-Direto na fonte: Analise a reportagem do Jornal Pequeno do dia 10 de dezembro de 1966 e destaque as principais notícias publicadas naquele dia sobre as críticas feitas à nova constituição





Elementos Canva



Fonte: Aventuras na História - UOL

Passando o som



Arthur da Costa e Silva era o presidente. Conhecido como militar “linha dura”, foi eleito por um colégio eleitoral em 3 de outubro de 1966, assumindo em 15 de março de 1967. A proposta de Costa e Silva era iniciar um processo de liberalização das medidas políticas mais rígidas que deveria acontecer de forma controlada, mas sob ampla tutela dos militares. No entanto, a economia não ia bem. As taxas de inflação aumentavam circunstancialmente, e os salários diminuíram entre 1965 e 1968, segundo estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (Alves, 1984, p. 137-140).

Por outro lado, as oposições já haviam iniciado seus planos de ações contra os militares. O movimento estudantil ganhou impulso com as manifestações estudantis internacionais em cidades como Berlim, Paris e Tóquio. Nos Estados Unidos, movimentos deste tipo influenciaram na aceitação da população em relação à guerra do Vietnã (Skidmore, 1988). Essa movimentação apavorava os militares, pois com a industrialização as informações chegavam ao Brasil com facilidade, e os ambientes universitários brasileiros haviam sentido fortemente a ação repressiva dos militares com as medidas de censura a professores universitários e expurgos de funcionários públicos previstos desde as ações do AI-1. A União Nacional dos Estudantes (UNE) já havia sido extinta, e as decisões arbitrárias dos militares inflamaram os estudantes.

Como abordamos anteriormente, o setor empresarial que havia apoiado o golpe já não se mostrava tão entusiasmado com a condução militar por conta da crise financeira. A Igreja Católica, que também havia se posicionado a favor da “revolução”, protagonizou uma cisão. A figura de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, era uma das vozes progressistas que continuamente se posicionavam contra o governo.

Segundo Alves (1984), a Igreja aderiu definitivamente aos ideais do movimento estudantil com a morte do estudante Edson Luís Lima Souto na cidade do Rio de Janeiro. Estudantes se manifestavam em frente a um restaurante no Rio em protesto ao alto preço da alimentação e os militares responderam ostensivamente matando o estudante. Na missa em homenagem póstuma, com mais de 30 (trinta) mil pessoas presentes, ao saírem da celebração, foram hostilizados pela polícia. Os ataques tiveram grande comoção além da hostilização do templo sagrado (Alves, 1984, p. 141-146).

Além disso, Skidmore (1988) apontou que a Igreja havia denunciado a Doutrina de Segurança Nacional e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou um documento denunciando a DSN de “fascista”. Na ocasião, para conturbar ainda mais o ambiente, o Cardeal da Cidade de São Paulo havia se negado a celebrar a missa do Presidente Costa e Silva. Em um país com maioria católica na década de 1960, este ato foi considerado um insulto (Skidmore, 1988, p. 159-160).

Com todo esse cenário adverso, os militares se viram acuados. A pressão de vários setores da sociedade estava insatisfeita com as medidas repressivas, decisões políticas e abusos sociais cometidos pela censura por parte dos militares. No entanto, o modus operandi dos militares parecia padrão e logo ventilou-se a ideia da promulgação de outro ato institucional.

Devido ao clima de instabilidade do governo militar, algo precisava servir como justificativa para a implementação do novo ato. A historiografia clássica sobre o regime aponta um discurso do então deputado Márcio Moreira Alves como estopim para a implementação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5). No dia 2 de setembro de 1968, o então deputado fez um discurso com o plenário vazio, fazendo alusão a uma peça sobre as mulheres de Atenas que se recusavam a encontrar-se com os maridos enquanto eles não voltassem a lutar contra Esparta e vencessem a Guerra.

[...] É preciso que se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já começou a se estabelecer nesta Casa por parte das mulheres parlamentares da Arena, o boicote ao militarismo. Vem aí o Sete de Setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem juntos com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai e cada mãe se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicote esse desfile (Câmara dos Deputados, 1968).

O discurso fez alusão a um possível boicote das esposas aos deputados governistas e às esposas dos militares, além de um recado aos pais de estudantes que desfilariam no dia 7 de setembro, que não o fizessem, uma vez que estes se tornariam coniventes com os abusos militares. O discurso durou pouco mais de cinco minutos e o que parecia irrelevante tornou-se uma afronta aos militares, logo sendo abertos pedidos de cassação do deputado.

O Jornal Pequeno publicou, no dia 17 de outubro de 1968, uma matéria sobre o caso de Moreira Alves intitulada: “Marcio Alves Prenuncia o fechamento do Congresso”, e seguiu:

OUTRAS CASSAÇÕES PODERÃO SURTIR

BRASÍLIA,16,(SE)- Da tribuna da Câmara amanhã o dep. Marcio Moreira Alves vai dizer que o seu discurso de 2 de setembro não teve o objetivo de injuriar as Forças Armadas, mas sim a condenação dos crimes praticados por alguns poucos e aos que protegendo os culpados usando indevidamente o direito de falar em nome dos militares. No seu discurso de amanhã, Marcio relembra toda sua atuação como jornalista e como deputado, para concluir que jamais criticou as Forças Armadas como instituição, nem mesmo quando analisou os IPMs através dos livros “Torturas e torturados” e “Cristo do povo”. Afirmará Marcio que sempre diferenciou um grupo pequeno de policiais e sargentos que praticam violência e crime das Forças Armadas, mas que isso não pode ser visto como uma condenação aos militares em geral, pois sempre deu o nome dos que exorbitam de suas atribuições. O Parlamentar analisará a situação do que ele classifica como grupos minoritários que usam o poder, dando inclusive sua versão sobre os motivos pelos quais está sendo exigida sua degola, que poderá ser a primeira entre muitas que rolarão até o fechamento do Congresso[34].

Mais uma vez, o Jornal Pequeno abriu sua primeira página para dar voz a um discurso que se opunha aos governistas. No caso acima, foi publicada uma matéria de Brasília, não assinada, sobre a justificativa que o deputado Márcio Moreira Alves daria no Congresso Nacional sobre o discurso que causou indignação dos militares, afirmando que a persistência do processo resultaria num insulto à democracia e abriria margem para outras cassações, até o possível fechamento do Congresso. As articulações para a cassação do deputado Márcio Moreira se intensificaram, mas parte da ARENA e o MDB não estavam dispostos a aderir ao processo. Isto é, cassar o mandato de Márcio Moreira Alves significava a desmoralização do Congresso Nacional, aliada a um ato de censura comprometendo a liberdade de expressão.

No dia 11 de dezembro de 1968, o Jornal Pequeno publicou uma reportagem em sua primeira página: “Renato disse na TV do Bacelar: O Congresso vai enfrentar a truculência do Governo”. O entrevistado era Renato Archer, ex-vice-governador do Maranhão e então deputado federal pelo MDB. O deputado foi membro e um dos motivadores da Frente Ampla em 1966. Deputado de oposição declarada, Renato Archer concedeu uma entrevista para um programa de televisão da TV Difusora[35].

[34] Jornal Pequeno, 1968, p. 1

[35] Atualmente, a Difusora faz parte do mesmo grupo empresarial do Jornal Pequeno. Filiada ao SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), a TV Difusora é um dos maiores meios de comunicação do Maranhão, perdendo apenas para a afiliada da TV Globo, a TV Mirante.

A entrevista ganhou destaque na primeira página do Jornal Pequeno:

EM FOCO O CASO DE MÁRCIO ALVES

Falando na noite passada na emissora de televisão do Sr. Mágnio Bacelar, o deputado Renato Archer teceu acerbas críticas ao governo federal a determinados grupos das forças armadas e, de um modo geral, à revolução, no episódio do pedido de licença para processar o Deputado Marcio Moreira Alves, que deverá ser apreciado, hoje pelo plenário do Congresso Nacional.

O ex-líder da Frente Ampla anunciou que, diante da evolução dos acontecimentos na esfera política nacional, não pode permanecer em São Luís para receber o ex-presidente Juscelino Kubitschek, cuja chegada à nossa capital está prevista para amanhã.[36]

Neste trecho, a entrevista deixa claras as ligações entre o deputado e a oposição contra os militares, destacando sua afinidade com a figura de Juscelino, ex-presidente do Brasil. Continuando a entrevista, o Jornal Pequeno prosseguiu:

Sobre o comportamento do Governo no caso Marcio Alves assinalou o se. Renato Archer, que pela primeira vez o plenário do Congresso sofrerá as truculências de um governo, ante suas constantes ameaças aos que não votarem pela concessão da licença. No entender de Renato, o deputado Marcio Alves não ofendeu as Forças Armadas, mas sim, a um determinado grupo que desprestigiaram-nos. Anunciou ter sido procurado, pouco antes de viajar para São Luís, por alguns oficiais superiores das Forças Armadas que lhe pediram para transmitir ao deputado Mário Covas que certo grupo que se arroga com o direito de falar das Forças Armadas não tinha o direito de fazê-la e que tais cavalheiros iriam sentir isso na primeira vez que pretendessem infringir as regras que estavam estabelecidas. [37].

Mário Covas era o líder da bancada do MDB e foi um incansável defensor do direito à liberdade de expressão no Congresso Nacional. Archer estava denunciando a ameaça feita por oficiais militares aos que ousassem se pronunciar da mesma forma que Márcio Alves e que receberiam punições na primeira oportunidade. Na continuidade da reportagem, abaixo da entrevista de Renato Archer, o Jornal Pequeno publicou uma nota da redação. A última sobre este tema havia sido publicada em 1964, seis dias após o golpe, que culminou na mudança de postura do Jornal Pequeno ao se posicionar frequentemente sobre o golpe de 1964[38].

[36] Jornal Pequeno, 1968, p. 1

[37] Jornal Pequeno, 1968, p. 1

[38] Tema abordado no segundo capítulo desta dissertação.

XXX

NOTA DA REDAÇÃO

Estranhamos bastante o Sr. Magno Bacelar haver permitido, num momento em que o país vive um clima emocional como esse, o pronunciamento do deputado Renato Archer, no qual abre as suas baterias contra a Revolução. Há poucos dias, como o povo pode recordar, esse mesmo Magno Bacelar, impediu que o deputado Freitas Diniz ocupasse sua emissora de televisão, para mostrar irregularidades no Governo do Estado. Evidentemente, há uma grande incoerência em tudo isso [...] [39]

Nesta reportagem, o Jornal Pequeno manteve uma postura de repúdio à fala de Renato Archer, fazendo uma crítica ao seu posicionamento contra a “revolução”. Além disso, criticou o proprietário da TV Difusora por permitir a abertura do espaço para esta entrevista. No entanto, a nota é contraditória, isto é, o editorial criticou a abertura do espaço para entrevista, ao mesmo tempo que publicou dando destaque, na primeira página, ao posicionamento do deputado. O Jornal Pequeno já havia sido censurado. Dadas as contradições do editorial, era esperado que o Jornal se posicionasse dessa forma, assumindo compromisso com o que havia sido “acordado” com o 24º BC no dia 06 de abril de 1964.

No dia 12 de dezembro de 1968, foi votado na Câmara Federal o processo que cassaria o deputado Marcio Moreira Alves. Segundo Alves (1988), o resultado surpreendeu o executivo: 216 votos contra a suspensão da imunidade parlamentar, e apenas 141 a favor (Alves, p. 160, 1988). Com uma diferença considerável de 75 votos, os deputados da ARENA confirmavam seus interesses em garantir a liberdade de expressão no Congresso Nacional. Ao fim da votação, o hino nacional foi entoado e a ideia de vitória pairava no Congresso.

Um dia após o resultado da votação, foi promulgado o Ato Institucional Número Cinco (AI-5). O que parecia uma vitória do Congresso Nacional apontava o nascimento do aparato repressivo mais efetivo da ditadura empresarial-militar.

A partir de 13 de dezembro de 1968, o Brasil entrava numa era de “Terror de Estado”, tornado legal pela nova lei. Além da cassação generalizada de parlamentares e cidadãos, o AI-5 suspendia o habeas corpus de presos políticos, reforçava a centralização do poder no Executivo federal (diminuindo a força política dos governadores), permitia a decretação do Estado de Sítio, sem prévia autorização do Congresso. Em 1969, o governo regulamentou a censura prévia sobre os meios de comunicação e sobre os produtos culturais como um todo (Napolitano, 2004, p. 33)

[39] Jornal Pequeno, 1968, p. 1

Em suma, os poderes atribuídos ao Executivo pelo AI-5 consistiam em: fechamento do Congresso; cassação de deputados e membros do Legislativo e Executivo em instâncias federais, estaduais e municipais; demissão de funcionários públicos nas três instâncias; demitir ou remover juízes, removendo garantias ao Judiciário; decreto de estado de sítio; confisco de bens em caso de corrupção; suspensão de garantia de habeas corpus; julgamento de crimes políticos pelos tribunais militares e o Judiciário não poderia mais julgar pessoas punidas pelo AI-5 (Alves, 1988).

No dia 15 de dezembro de 1968, o Jornal Pequeno publicou em sua primeira página:

TITULAR DA JUSTIÇA FALOU SOBRE O ATO INSTITUCIONAL

[...] Ninguém pode contestar que a Revolução de Março de 1964 trouxe indiscutíveis benefícios morais e materiais para o Brasil. Todavia, muitos não quiseram compreender e desse pouco as forças adversas, através dos mais variados processos, e dos mais diversos comportamentos iniciaram o movimento de agitação, de subversão, comprometendo a ordem política e social, gerando intranquilidade e prejudicando mesmo às exigências fundamentais da vida do povo brasileiro. Nestes últimos meses, as agitações se ampliaram; a guerra contra-revolucionária se iniciou. Dos mais diferentes setores partiram comprometidos com o regime deposto para combater a revolução, esta todavia não poderia falhar aos seus propósitos; não poderia negar as suas finalidades; não poderia de forma alguma ser traída por aqueles que tudo fizeram para dar o Brasil melhores dias, tranquilidade e autêntica ordem democrática, onde todos pudessem viver em uma vida de ser vivida [...] [40]

O governo militar brasileiro adotou uma postura de ataque em relação àqueles que “ameaçavam os objetivos da revolução”. Na fala do ministro da Justiça, ficou evidente que os militares precisariam usar da força para reprimir mais efetivamente os que se opunham ao golpe, lutando contra os que ameaçavam a “revolução”. Em 1968, vários movimentos de oposição se articularam e foram fortemente reprimidos pelos militares, desde expurgos políticos até mortes. No fim da fala do ministro, é citada uma “autêntica ordem democrática”. No entanto, é possível pensar em democracia sem a presença da representatividade política? Os militares fecharam o Congresso Nacional, proibindo de legislar aqueles que foram escolhidos pelo povo.

Em 17 e 21 de dezembro de 1968, o Jornal publicou mais reportagens sobre o AI-5. Na primeira, o Jornal Pequeno elenca uma lista de governadores que manifestaram apoio ao AI-5.

[40] Jornal Pequeno, 1968, p. 1

Nessa lista, não estava explícito o nome do então governador José Sarney. No dia 21, o ministro do Exército concedeu uma entrevista fazendo considerações sobre o AI-5. Na entrevista, o ministro afirmou que “Os episódios da votação na Câmara, no dia 12 decorrente, foram, sem dúvida, uma das páginas mais negras da história da democracia brasileira.” (Jornal Pequeno, 1968). Essas falas incorrem em paradoxos bem definidos. Mais uma vez, os militares falam em deturpação da democracia, no entanto, deslegitimaram as ações de um Congresso eleito pelo povo.

No dia 31 de dezembro de 1968, o Jornal Pequeno publicou uma matéria já esperada pelos maranhenses que acompanhavam o impresso e os acontecimentos da política nacional.

*REVOLUÇÃO PUNIU RENATO E LACERDA - 11 Deputados Cassados
RIO,31 – Presidente assinou ato cassando mandatos de 11 deputados
e suspendendo direitos políticos de Carlos Lacerda e do senhor
Joaquim dos Santos Neto.*

Deputados Federais cassados pela revolução:

- Marcio Moreira Alves
- Hermano Alves
- David Lerer
- Helio Navarro
- Gastão Hering
- Alceu Smith
- Henrique Rink
- Maurilio Silveira lima
- Renato Archer
- José Carlos e Estelita Guerra

*O presidente falará amanhã pela voz do Brasil, quando fará
importante pronunciamento sobre o Ato Institucional n.º 5.[41]*

Márcio Moreira Alves foi cassado, mesmo sendo absolvido pela maioria na Câmara Federal. Foi para o exílio assim que o resultado da votação do dia 12 de dezembro havia terminado, afirmando em um documentário intitulado “AI-5, o Dia que Não Existiu”, que sabia que seria insustentável a permanência no Brasil se ele fosse absorvido pelo Congresso.

O deputado federal maranhense, Renato Archer, também foi cassado pelas imposições do AI-5. Seus posicionamentos contra o regime e seu envolvimento direto com a Frente Ampla davam indícios de que os militares não autorizariam sua permanência no Congresso. Como punição, ele teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Após o período de redemocratização, Archer voltou para o cenário político, sendo um dos fundadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

[41] Jornal Pequeno, 1968, p. 1

Hora do Show!



VERSÃO ORIGINAL: ORAÇÃO LATINA

César Teixeira

PARÓDIA: CANÇÃO DE TORTURA



Wilson Neto

TRAGO UMA CANÇÃO/ DE UMA
HISTÓRIA TRISTE/TRATA-SE DO
AI-5 NO MARANHÃO
COSTA E SILVA PROMUNGOU/O
QUE PROMETERAM FALHOU/DE
ANUNCIAR UMA LIBERAÇÃO.
E DIGA SIM A QUEM SE QUER
REPRIMIR/MAS SE FOR PRA
PROTESTAR DIGAM:NÃO
Ê Ê A/ TODOS VÃO SER
TORTURADOS SE QUISEREM
PROTESTAR(2X)

O JP PUBLICOU O CASO DE
MOREIRA ALVES
A REVOLTA DOS MILITARES/
PORQUE DISCURSOU
A MULHER DO MILITAR / QUE
DEVIA BOICOTAR/ FOI
SUFICIENTE PARA REVOLTAR

DESCULPA SIM /PARA O ATO
INSTAURAR/
INSTITUCIONALIZAR A
REPRESSÃO
Ê Ê A/TODOS VÃO SER
TORTURADOS SE QUISEREM
PROTESTAR (2x)

REPRESENTANDO O MARANHÃO
/TÍNHAMOS RENATO ARCHER
POLÍTICO DO MDB/ OPOSIÇÃO
DISSE O JP/ SOBRE O SEU
PARECER/ E QUE ERA CONTRA
A REVOLUÇÃO
DISSERAM SIM/ PORQUE
QUISERAM CASSAR
PRECISAVAM PROTEGER/ A
NAÇÃO.
Ê Ê A TODOS VÃO SER
TORTURADOS SE QUISEREM
PROTESTAR

Bastidores

A paródia do AI-5 foi inspirada em uma canção de Cesar Teixeira, artista maranhense que muito contribuiu com canção de contestação ao regime empresarial militar. Oração Latina fala de esperança, no entanto “Canção de Tortura” dá ênfase ao ato institucional mais devastador da história do regime de exceção que assolou o Brasil após o golpe de 1964. “Trago uma canção/ de uma história triste/trata-se do ai-5 no Maranhão” este trecho introduz a paródia trazendo o tom de melancolia e caos promovidos pelo AI-5.

O trecho “Costa e Silva promulgou/o que prometeram falhou/de anunciar uma liberação.” trata do presidente Arthur da Costa e Silva, segundo presidente do regime empresarial-militar, que promulgou o AI-5 no dia 13 de dezembro de 1968 que após a aprovação da constituição de 1967, prometeu diálogo e a liberação de medidas mais rígidas que foram tomadas pelos militares. O trecho “e diga sim a quem se quer reprimir/mas se for pra protestar diga: não” remonta a medida contrária da liberação e do diálogo, mas um recado dando aval para repressão e uma negativa para a contestação.

“Ê ê a / todos vão ser torturados se quiserem protestar” é um refrão que será entoado ao fim de cada estrofe alertando sobre uma prática corriqueira pós AI-5: a tortura.

“O JP publicou o caso de Moreira Alves / a revolta dos militares/ porque discursou” O trecho fala de uma publicação do Jornal Pequeno de 17 de outubro de 1968 sobre o caso do então Deputado Federal Márcio Moreira Alves que foi o estopim para a nomeação do AI-5. O discurso de Moreira Alves , que durou um pouco mais que cinco minutos, propunha que as mulheres de militares boicotassem seus maridos. “A mulher do militar / que devia boicotar/ foi suficiente para revoltar”. O discurso foi recebido pelos militares como uma afronta a sua moral e desembocou em uma revolta por parte dos militares que não aceitariam tal postura.

“Desculpa sim /para o ato instaurar/ institucionalizar a repressão” Este trecho aponta que este foi o pretexto que os militares utilizaram para promulgar o AI-5 e institucionalizar a repressão. A revogação do habeas corpus para presos políticos; o judiciário não poderia mais julgar os crimes políticos e o fechamento do Congresso Nacional podem ser exemplos para as medidas repressivas.

“Representando o Maranhão /tínhamos Renato Archer político do MDB/ oposição” .

Este fato remonta sobre uma matéria do Jornal Pequeno publicada no dia 11 de 11 de dezembro de 1968 em que o Deputado Federal maranhense Renato Archer comenta sobre o caso de Moreira Alves destacando ser contra a cassação do deputado para manter a liberdade de expressão no congresso nacional

“Disse o JP/ sobre o seu parecer/ e que era contra a revolução, disseram sim/ porque quiseram cassar/ precisavam proteger/ a nação.” Archer era da oposição e um dos principais articuladores da Frente Ampla, certamente ele estava na lista dos militares para cassação. Após a instauração do AI-5 o Jornal Pequeno publicou no dia 31 de dezembro de 1968 uma lista nominal de deputados cassados na qual constava os nomes de Marcio Moreira Alves e Renato Archer. Estas ações se enquadravam nos crimes de subversão a luz do discurso de proteção da nação. Desta forma os militares cassaram centenas de políticos, suspenderam centenas de direitos políticos, expurgaram funcionários públicos, censuraram a imprensa através da censura prévia, além de matar e torturar centenas de civis.



Leitura com Ritmos

Bônus

Esta metodologia foi aplicada pela primeira vez em sala de aula no IEMA PLENO DE BACABEIRA, uma escola de tempo integral. A aula era no 6º(sexto) horário, logo após o almoço. A turma se encontrava sonolenta e indisposta, então a solução foi ler os slides da aula utilizando ritmos musicais que os alunos se identificassem. Ao final, são criadas frases de efeitos com os tópicos trabalhados nos slides de forma musical.

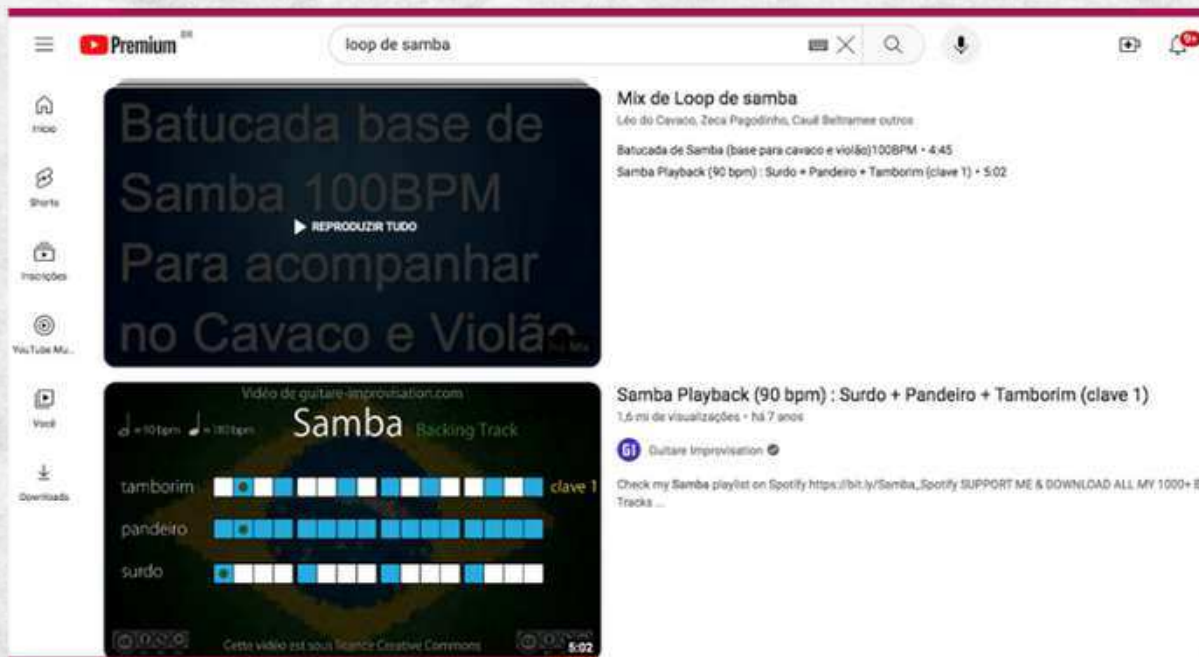
É importante ressaltar que este é um recurso que pode ser aplicado em qualquer disciplina, em qualquer aula. A partir dos fatos históricos apresentados nas aulas, ou de um conjunto de fórmulas químicas ou em problemas de matemática, o professor deve selecionar tópicos ou frases que ele julga importante e submeter às leituras com ritmos musicais.

Para realizar esta atividade alguns passos precisam ser seguidos:

1-Pergunte aos alunos que ritmos musicais eles mais gostam de ouvir: Esta etapa é importante pois precisamos deixar nossos gostos pessoais de lado com relação ao repertório. O que pode ser bom para o professor, pode ser enfadonho para o aluno. Escolher um repertório mais próximo da realidade dos alunos aumenta a possibilidade de sucesso da aula.

2-Execute o ritmo com palmas ou baixando na internet: Caso o professor/a professora não tenha habilidade de reproduzir os ritmos musicais com palmas, oferecemos o passo-a- passo para baixar os ritmos no YOUTUBE. 1) Coloque na aba de pesquisa a palavra LOOP e complete com o ritmo que você deseja encontrar. Exemplo: loop de samba, loop de baião, loop de rock , como na imagem a baixo:

Figura: print da tela de computador



Fonte: YouTube

Os BPMs (batidas por minuto) indicam a velocidade do ritmo desejado, quanto maior o número de BPM, mais rápido o ritmo; 2) Baixe o ritmo em qualquer plataforma para baixar áudios no formato mp3. Desta forma você poderá executar o ritmo de forma off-line. Caso tenha acesso à internet na

3 - Cante os tópicos selecionados nos ritmos sugeridos: após executar o ritmo , cante os tópicos selecionados no ritmo em que o professor sentir confortável ou que os alunos consigam cantar. Essa atividade requer uma habilidade musical básica, no entanto, o professor pode fazê-la de forma antecipada, podendo ser aplicada como aula invertida. Um grupo de alunos poderá ficar responsável pela elaboração dos tópicos, outro grupo para colocar os mais variados ritmos nos tópicos selecionados e executá-la, isto é, cantar os tópicos no ritmo indicado.

Os materiais utilizados para a realização desta atividades são:

- Notebook,
- atashow
- Caixa de som

A aplicação dessa técnica em sala de aula dinamiza muito a apresentação do conteúdo e pode ser uma ferramenta importante para tornar a aula mais lúdica para o ensino básico. Ao final da experiência no IEMA PLENO DE BACABEIRA, decidimos adotar esta técnica em outras aulas, além de oferecer formações na escola para os demais professores.

Os materiais utilizados para a realização desta atividades são: Notebook, atashow Caixa de som A aplicação dessa técnica em sala de aula dinamiza muito a apresentação do conteúdo e pode ser uma ferramenta importante para tornar a aula mais lúdica para o ensino básico. Ao final da experiência no IEMA PLENO DE BACABEIRA, decidimos adotar esta técnica em outras aulas, além de oferecer formações na escola para os demais professores.

A partir da escolha dos tópicos, aplicamos os direcionamentos sugeridos no passo a passo indicado acima e o professor terá a possibilidade de aplicar esta metodologia em sua aula. Em muitas ocasiões fomos questionados com relação a habilidade musical necessária para realizar essa atividade. Todas as atividades sugeridas neste produto foram criadas por um músico, portanto exigem uma habilidade musical para serem executadas, no entanto o grau de dificuldade pode ser considerado baixo uma vez que, para a execução destas atividades o professor não precisa tocar um instrumento musical, as parte das ferramentas estarão disponíveis na internet.

Além disso temos uma possibilidade que não deve ser desprezada para a realização dessas atividades: **a participação do aluno**. Em alguns anos de experiência sempre nos deparamos com estudantes que tem uma habilidade artística, seja musical, cênica, etc. Organizando a atividade com antecedência a participação do aluno pode fazer diferença no sucesso desta metodologia.



Eletivas: “Cantando História”

A proposta da Eletiva "Cantando História" destina-se aos professores do 3º ano do ensino médio, inserida na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Esta eletiva abrange os componentes curriculares de História e Artes, buscando explorar o poder educativo da música e da paródia como ferramentas para a análise histórica. O objetivo principal é utilizar paródias como instrumento de aprendizado sobre a Ditadura empresarial-militar no Maranhão, com base nos impressos do Jornal Pequeno.

A justificativa para essa abordagem reside na importância da música como catalisadora do desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos. Ao envolver a arte da paródia, a eletiva busca despertar o interesse dos estudantes por temas históricos e artísticos, promovendo uma aprendizagem significativa e crítica.

Os objetivos específicos incluem a análise das paródias para compreender seu contexto histórico, a discussão das questões abordadas pelo Jornal Pequeno sobre o regime empresarial-militar no Maranhão e a divulgação das especificidades desse período por meio das paródias.

Os eixos estruturantes dessa eletiva são a Investigação Científica, os Processos Criativos e a Mediação e Intervenção Sociocultural, visando uma abordagem integrada e multidisciplinar.

No que se refere às habilidades, competências e objetos de conhecimento, destacam-se a importância da arte na construção do homem como ser social, a análise da música como manifestação artística e cultural, e a compreensão do uso da música no processo educacional.

A metodologia proposta inclui aulas expositivas e dialogadas, análise histórica das publicações do Jornal Pequeno, rodas de conversas e a criação de paródias pelos alunos.

Os recursos didáticos necessários englobam materiais como quadro branco, caixa de som, pincel, data show, notebook e violão.

A culminância da eletiva será marcada pela apresentação de um Sarau, onde os alunos terão a oportunidade de mostrar as paródias desenvolvidas durante o curso.

O cronograma detalhado contempla desde a apresentação da eletiva até a preparação e realização da culminância, passando por atividades como a análise das fontes históricas, o diálogo entre História e Arte, a compreensão da música como arte e a estimulação do processo criativo na criação de paródias.

Por fim, as referências bibliográficas incluem o Caderno de Orientações Pedagógicas 2022 do Governo do Estado do Maranhão e o livro "Parodiando a Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão" de Wilson P.A. Neto, como base teórica para a construção e desenvolvimento dessa eletiva.



Conclusão

O diálogo entre História e Música sempre foi minha paixão. Organizar aulas para o ensino básico sempre exigirá do professor um olhar mais atento às metodologias e aplicabilidade das ações para um fazer pedagógico mais eficaz. O Ensino de História por sua vez, enfrenta o constante desafio do diálogo com o presente. A herança deixada pelo passado, por muito tempo no Brasil foi associando o ensino de História ao que é velho, antigo. Além disso associou-se à ideia de disciplina decorativa, que pouco tem haver com o sentido real da disciplina e sua aplicação em sala de aula.

Este trabalho nasceu da necessidade de mostrar que é possível um Ensino de História aplicado a partir dos parâmetros científicos apontados por tantos historiadores como primordiais para que o conteúdo chegue ao estudante de forma eficaz. A disputa da narrativa do ensino de História com a mídia, com as tendências tecnológicas atuais, com as mudanças das diretrizes curriculares pautadas pela implementação do NEM (Novo Ensino Médio) causando a diminuição da carga-horária das disciplinas das Ciências Humanas e a implantação dos itinerários formativos, lançaram luz à perspectiva de supérar novos desafios para os educadores e para o ensino de História

A intenção deste trabalho, portanto, foi contribuir com a sociedade maranhense nos estudos sobre a ditadura empresarial-militar no Maranhão utilizando um dos maiores jornais impressos da cidade para refletir sobre este passado conturbado da história recente do Brasil e do Maranhão. O caminho percorrido até aqui foi somente uma “ramificação” de um longo trajeto que vários estudantes de graduação e pós graduação tem percorrido durante os últimos anos na produção acadêmica do nosso estado.

Desta forma, esperamos que este trabalho seja fonte de inspiração e desperte a criatividade de professores que motivam seus alunos para contribuir na construção da trilha desde longo caminho que são os estudos sobre a Ditadura empresarial-militar no Maranhão.